

TERMOS E CONDIÇÕES DOS TÍTULOS SUBORDINADOS

Segue-se o texto dos termos e condições que, sujeito à conclusão e alteração e conforme aditado ou modificado segundo as disposições dos Termos Finais pertinentes, aplicar-se-á aos Títulos Subordinados mencionados nos Termos Finais.

Os Títulos Subordinados são constituídos mediante Escritura de Trust alterada e consolidada (conforme alterada e/ou aditada periodicamente, “**Escritura de Trust**”), datada de 17 de março de 2011, e celebrada entre Itaú Unibanco Holding S.A. (“**Banco**”) e The Bank Of New York Mellon (“**Trustee**”, expressão essa que incluirá todas as pessoas que na época forem *trustee* ou *trustees* nos termos da Escritura de Trust) na qualidade de *trustee* dos Detentores de Título. Nestes Termos e Condições, “Emissor” significa o Banco, ou qualquer sucessor seu, atuando por intermédio de sua matriz ou de sua Filial de Grand Cayman, conforme especificado nos Títulos Subordinados. Estes Termos e Condições incluem sumários das disposições pormenorizadas da Escritura de Trust, que inclui a forma dos Títulos Subordinados e estão a elas sujeitos. Cópias da Escritura de Trust e do Contrato de Agenciamento (conforme alterado periodicamente, “**Contrato de Agenciamento**”), datado de 29 de março de 2010, e celebrado entre o Emissor, o Trustee e os Agentes, disponível para inspeção no horário comercial normal nos escritórios especificados do Trustee e do agente de pagamento principal, do agente de pagamento de Londres, dos demais agentes de pagamento, do agente de cálculo, do agente de registro, do agente de substituição e dos agentes de transferência na época. Essas pessoas são respectivamente designadas abaixo “**Agente de Pagamento Principal**”, “**Agente de Pagamento de Londres**”, “**Agentes de Pagamento**” (expressão essa que incluirá o Agente de Pagamento de Londres, mas não incluirá o Agente de Pagamento Principal), “**Agente de Cálculo**”, “**Agente de Registro**”, “**Agente de Substituição**” e “**Agentes de Transferência**” e, em conjunto “**Agentes**”. Os Detentores de Títulos têm direito ao benefício de recebimento de notificação de todas as disposições da Escritura de Trust e dos Termos Finais pertinentes, são obrigados pela referida notificação e são considerados receber a referida notificação e são considerados receber notificação das disposições do Contrato de Agenciamento a eles aplicáveis. As referências contidas nestes Termos e Condições a Títulos Subordinados constituem referência a Títulos Subordinados da Série pertinente. As referências contidas nestes Termos e Condições aos Termos Finais constituem referência aos Termos Finais elaborados em relação aos Títulos Subordinados da Tranche ou Série pertinente. Os Termos Finais em relação a quaisquer Títulos Subordinados poderão especificar outros termos e condições que, na medida especificada ou caso sejam incompatíveis com os Termos e Condições a seguir, substituirão os Termos e Condições a seguir para fins dos Títulos Subordinados.

1. Forma, Denominação, Titularidade, Moeda Especificada e Termos Finais

(a) *Forma*: Os Títulos Subordinados da Série da qual o Título Subordinado ao qual estes Termos e Condições estão apenas emitidos sob a forma nominativa e como títulos subordinados em conformidade com estes Termos e Condições e a Resolução 3.444 (“**Títulos Subordinados**”), e os Títulos Subordinados integrantes de cada Série serão emitidos, em cada caso, no valor nominal da Denominação Especificada. Estes Termos e Condições deverão ser interpretados de maneira correspondente. A Denominação Especificada de cada Título Subordinado consta nos Termos Finais pertinentes.

Um Título Subordinado definitivo será emitido a cada Detentor de Título(s) Subordinado(s) em relação à sua detenção ou detenções registradas (cada qual, um “**Título Definitivo**”). Cada Título Definitivo será numerado em sequência com número de identificação que será consignado no livro de registro (“**Livro de Registro**”), que o Emissor fará com que seja mantido pelo Agente de Registro.

Qualquer Título Subordinado cujo valor de principal possa ser amortizado em parcelas (“**Título Parcelado**”) apresentará endossado nele um quadro para registro da amortização do principal.

(b) *Denominação*: “**Denominações Especificadas**” serão a denominação mínima especificada nos Termos Finais pertinentes ou respectivos múltiplos integrais.

(c) *Titularidade*: A titularidade dos Títulos Subordinados será consignada no Livro de Registro. Salvo determinação de tribunal competente ou exigência de lei, o Detentor de qualquer Título Subordinado será considerado e poderá ser tratado como detentor absoluto do Título Subordinado em questão para fins de recebimento do respectivo pagamento ou em seu nome e para todos os demais fins, quer o Título Subordinado em questão esteja vencido, quer não, e não obstante qualquer notificação de propriedade, roubo ou perda do Título ou qualquer anotação por qualquer pessoa nele constante.

Nestes Termos e Condições, cada um dos termos “**Detentor de Título**” e “**Detentor**” significa a pessoa em cujo nome o Título Subordinado estiver registrado, “**Série**” significa Títulos Subordinados que apresentem termos e condições idênticos, exceto em relação à Data de Emissão, a data de início de incidência de juros e questões relacionadas, e

“**Tranche**” significa, em relação a uma Série, os Títulos Subordinados da Série que apresentarem a mesma Data de Emissão.

(d) *Moeda Especificada*: A Moeda Especificada de qualquer Título Subordinado e, caso seja diferente, qualquer Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, são aquelas especificadas nos Termos Finais pertinentes. Todos os pagamentos de principal em relação a um Título Subordinado serão efetuados na Moeda Especificada ou, caso aplicável, serão efetuados na Moeda de Pagamento Principal Especificada, e todos os pagamentos de juros em relação a um Título Subordinado serão efetuados na Moeda Especificada ou, caso aplicável, na Moeda de Pagamento de Juros Especificada.

(e) *Termos Finais e Termos Adicionais*: As referências contidas nestes Termos e Condições a termos especificados nos Termos Finais pertinentes emitidos em relação a uma Tranche que inclua tais Títulos Subordinados (cada qual, “**Termos Finais**”) serão consideradas incluir termos especificados no Núcleo de Subordinação constante como Anexo A dos Termos Finais pertinentes, emitidos em relação a Tranche que inclua tais Títulos Subordinados.

(f) *Interpretação*: Os termos com inicial maiúscula empregados nestes Termos e Condições em relação a um Título Subordinado e não definidos expressamente nestes Termos e Condições apresentam o significado atribuído a eles especificados no Título Subordinado ou nos Termos Finais pertinentes emitidos em relação a uma Tranche que inclua tal Título Subordinado. Disposições adicionais relativas aos Títulos Subordinados poderão integrar os Termos Finais ou ser especificadas no Título Subordinado e entrarão em vigor como se tivessem sido originalmente especificadas nestes Termos e Condições. Os Termos Finais em relação a Títulos Subordinados com juros atrelados a índice, Títulos Parcelados, Títulos Subordinados com duas moedas e outros tipos de Títulos Subordinados cujos termos não estiverem expressamente previstos neste instrumento estabelecerão todos os termos aplicáveis ao Título Subordinado.

2. Definições

“**Afiliada**” significa qualquer pessoa jurídica relacionada ao Emissor dentro do mesmo conglomerado financeiro ou grupo econômico/financeiro consolidado.

“**Mecanismo de Pagamento Alternativo**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa de Mora**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Evento de Falência**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 17(b).

“**Benchmark**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(II)(b).

“**Brasil**” significa a República Federativa do Brasil.

“**Autoridade Governamental Brasileira**” significa, conforme aplicável, o governo do Brasil, ou qualquer subdivisão política sua, federal, estadual ou municipal, e qualquer agência, autoridade, repartição, órgão regulatório, tribunal, banco central ou outra pessoa que exerça poderes ou funções executivos, legislativos, judiciais, fiscais, regulatórios ou administrativos de governo ou inerente a governo sobre o Emissor.

“**Valor Discriminado**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Centro de Negócio**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Convenção de Dia Útil**”, em relação a qualquer data específica, tem o significado constante nos Termos Finais pertinentes e, caso desta forma especificado nos Termos Finais pertinentes, poderá apresentar significados diferentes em relação a datas diferentes e, neste contexto, as expressões a seguir terão os seguintes significados:

(a) “**Convenção de Dia Útil de Taxa Flutuante**”, caso em que serão devidos juros sobre Título Subordinado em cada Data de Pagamento de Juros Especificada numericamente correspondente à sua Data de Início de Juros ou, conforme seja o caso, a Data de Pagamento de Juros Especificada anterior do mês civil que for o Período de Juros especificado nos

Termos Finais pertinentes depois do mês civil no qual tal Data de Início de Juros ou, conforme seja o caso, a Data de Pagamento de Juros Especificada anterior tiver ocorrido, ressalvado que:

(i) caso não haja dia numericamente correspondente no mês civil no qual deva ocorrer uma Data de Pagamento de Juros Especificada, a Data de Pagamento de Juros Especificada pertinente será o último dia que for Dia Útil Pertinente naquele mês civil;

(ii) caso a Data de Pagamento de Juros Especificada por outra forma caia em dia que não seja Dia Útil Pertinente, a Data de Pagamento de Juros Especificada pertinente será o primeiro dia seguinte que for um Dia Útil Pertinente, a menos que esse dia caia no mês civil seguinte, caso em que será o primeiro dia precedente que for Dia Útil Pertinente; e

(iii) caso a Data de Início de Juros ou a Data de Pagamento de Juros Especificada precedente ocorrer no último dia de mês civil que tenha sido um Dia Útil Pertinente, todas as Datas de Pagamento de Juros Especificadas subsequentes em relação ao Título Subordinado serão o último dia que for um Dia Útil Pertinente no mês civil que for o Período de Juros especificado nos Termos Finais pertinentes depois do mês civil no qual a Data de Início de Juros ou, conforme seja o caso, a Data de Pagamento de Juros Especificada precedente tiver ocorrido; ou

(b) “**Convenção de Dia Útil Seguinte Modificada**”, caso em que os juros sobre Título Subordinado serão devidos nas Datas de Pagamento de Juros ou Datas de Pagamento de Juros Especificadas porventura especificadas nos Termos Finais pertinentes, ficando estipulado que, caso qualquer Data de Pagamento de Juros ou Data de Pagamento de Juros Especificada por outra forma em data que não seja um Dia Útil Pertinente, a Data de Pagamento de Juros pertinente ou a Data de Pagamento de Juros Especificada será o primeiro dia seguinte que for um Dia Útil Pertinente, a menos que esse dia caia no mês civil seguinte, caso em que a Data de Pagamento de Juros pertinente ou a Data de Pagamento de Juros Especificada será o dia imediatamente anterior que for um Dia Útil Pertinente; ou

(c) “**Convenção de Dia Útil Seguinte**”, caso em que os juros sobre Título Subordinado serão devidos nas Datas de Pagamento de Juros ou Datas de Pagamento de Juros Especificadas porventura especificadas nos Termos Finais pertinentes, ficando estipulado que, caso qualquer Data de Pagamento de Juros ou Data de Pagamento de Juros Especificada por outra forma caia em data que não seja Dia Útil Pertinente, a Data de Pagamento de Juros pertinente ou a Data de Pagamento de Juros Especificada será o dia imediatamente seguinte que for Dia Útil Pertinente; ou

(d) “**Convenção de Dia Útil Anterior**”, caso em que os juros sobre Título Subordinado serão devidos nas Datas de Pagamento de Juros ou Datas de Pagamento de Juros Especificadas porventura constantes nos Termos Finais pertinentes, ficando estipulado que, caso qualquer Data de Pagamento de Juros ou Data de Pagamento de Juros Especificada por outra forma caia em data que não seja Dia Útil Pertinente, a Data de Pagamento de Juros pertinente ou a Data de Pagamento de Juros Especificada será o dia imediatamente anterior que for um Dia Útil Pertinente; ou

(e) a outra Convenção de Dia Útil porventura especificada nos Termos Finais pertinentes.

“**Agente de Cálculo**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes, ressalvando-se que, para fins da Condição 5(II)(b)(iv), tem o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Banco Central**” significa o Banco Central do Brasil ou qualquer Autoridade Governamental Brasileira que substituir o Banco Central do Brasil em suas atuais funções aplicáveis a estes Termos e Condições.

“**Clearstream, Luxemburgo**” significa Clearstream Banking, *société anonyme*.

“**Anulação de Avença**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 20(b).

“**Fração de Cálculo de Dias**” significa, em relação ao cálculo de valor de juros sobre qualquer Título Subordinado em qualquer período (a partir, inclusive, do primeiro dia do período em questão, até, mas excluindo, o último) (quer constitua, quer não, Período de Juros, “**Período de Cálculo**”):

(a) caso “**Efetivos/365**” ou “**Efetivos/Efetivos-ISDA**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de dias efetivo do Período de Cálculo dividido por 365 (ou, se qualquer parte do Período de Cálculo cair em ano bissexto, a soma do (A) número de dias efetivo contido na parte em questão do Período de Cálculo que cair em ano bissexto dividido por 366 e (B) número de dias efetivo contido na parte em questão do Período de Cálculo que cair em ano não bissexto dividido por 365);

(b) caso “**Efetivos/365 (Fixo)**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de dias efetivo do Período de Cálculo dividido por 365;

(c) caso “**Efetivos/360**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de dias efetivo do Período de Cálculo dividido por 360;

(d) caso “**30/360**”, “**360/360**” ou “**Base em Bônus**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de dias do Período de Cálculo dividido por 360 (devendo o número de dias ser calculado com base em um ano de 360 dias com 12 meses de 30 dias (a menos que (a) o último dia do Período de Cálculo seja o 31º dia de um mês, mas o primeiro dia do Período de Cálculo seja um dia que não o 30º ou 31º dia de um mês, caso em que o mês que incluir esse último dia não será considerado encurtado de forma a perfazer um mês de 30 dias, ou (b) o último dia do Período de Cálculo seja o último dia do mês de fevereiro, caso em que o mês de fevereiro não considerado estendido de forma a perfazer um mês de 30 dias));

(e) caso “**30E/360**” ou “**Base em Eurobônus**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de dias do Período de Cálculo dividido por 360 (devendo o número de dias ser calculado com base em um ano de 360 dias com 12 meses de 30 dias, sem levar em conta a data do primeiro dia ou do último dia do Período de Cálculo, a menos que, no caso de Período de Cálculo encerrado na Data de Vencimento, a Data de Vencimento seja o último dia do mês de fevereiro, caso em que o mês de fevereiro não será considerado estendido de forma a perfazer mês de 30 dias);

(f) caso “**Efetivos/Efetivos-ISMA**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, (a) se o Período de Cálculo for igual ou inferior ao Período de Determinação no qual cair, o número de dias do Período de Cálculo dividido pelo produto (x) do número de dias do Período de Determinação e (y) do número de Períodos de Determinação normalmente encerrados em qualquer ano; e (b) se o Período de Cálculo for superior a Período de Determinação, a soma: (x) do número de dias do Período de Cálculo que cair no Período de Determinação no qual se iniciar dividido pelo produto (1) do número de dias do Período de Determinação e (2) do número de Períodos de Determinação normalmente encerrados em qualquer ano; e (y) do número de dias do Período de Cálculo que cair no Período de Determinação seguinte dividido pelo produto (1) do número de dias do Período de Determinação e (2) do número de Períodos de Determinação normalmente encerrados em qualquer ano; e

(g) caso “**Bus/252**” seja especificado nos Termos Finais pertinentes, o número de Dias Úteis Pertinentes do Período de Cálculo dividido por 252.

“**Contrato de Distribuição**” significa o contrato de distribuição alterado e consolidado, datado da data da Escritura de Trust, entre o Emissor, o Banco Itaú BBA International, S.A. - Filial de Londres, Goldman, Sachs e Co. e Morgan Stanley & Co. Incorporated e inclui qualquer contrato por meio do qual quaisquer distribuidores adicionais anufram ao contrato de distribuição.

“**Títulos Anulados**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 20(a).

“**Título Definitivo**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(a).

“**Vencimento Designado**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes e, para fins da Condição 5(II)(b)(iv), o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Data de Determinação**” significa a data especificada como tal nos Termos Finais pertinentes ou, caso a data não seja dessa forma especificada, a Data de Pagamento de Juros.

“**Período de Determinação**” significa o período a partir, inclusive, da Data de Determinação de qualquer ano até, mas excluindo a Data de Determinação seguinte.

“**Documentos**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 11(d)(ii).

“**DTC**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 7(c).

“**Dia Útil da DTC**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 7(a)(ii).

“**Valor de Resgate Antecipado**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Euro**” significa a moeda única introduzida no início da terceira fase da União Econômica e Monetária Europeia de acordo com o Tratado.

“**Euroclear**” significa o Euroclear Bank S.A./N.V.

“**Data de Câmbio do Euro**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 21(c)(ii)(x).

“**Notificação de Câmbio do Euro**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 21(c)(ii)(x).

“**Zona do Euro**” significa a região formada pelos estados membros da União Europeia que adotam a moeda única em conformidade com o Tratado.

“**Evento de Inadimplemento**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 9.

“**Bolsa**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(II)(f).

“**Exchange Act**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 19(b).

“**Deliberação Extraordinária**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 11(a).

“**Valor de Resgate Final**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 6(a).

“**Termos Finais**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(e).

“**Valor de Cupom Fixo**” ou “**Valores de Cupom Fixos**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Título de Taxa Fixa**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(I).

“**Taxa Flutuante**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes e, para fins da Condição 5(II)(b)(iv), o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Título de Taxa Flutuante**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(II).

“**Disposições do Título de Taxa Flutuante**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Opção de Taxa Flutuante**” tem o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Obrigação Governamental**” significa (x) qualquer valor mobiliário que for (i) uma obrigação direta dos Estados Unidos da América ou de qualquer país da Zona do Euro em relação a cujo pagamento for dada plena fé e crédito dos Estados Unidos da América ou de qualquer país da Zona do Euro, conforme seja o caso, ou (ii) obrigação de pessoa controlada ou supervisionada por agência ou repartição dos Estados Unidos da América ou de qualquer país da Zona do Euro e atuando como tal agência ou repartição, cujo pagamento for garantido em caráter incondicional como obrigação com plena fé e crédito pelos Estados Unidos da América ou por qualquer país da Zona do Euro, conforme seja o caso, que, em qualquer caso nos termos do item precedente (i) ou (ii), não seja passível de chamadas ou resgate à opção do respectivo emissor, e (y) qualquer *depositary receipt* emitido por banco (conforme definição no artigo 3(a)(2) do Securities Act) na qualidade de custodiante no tocante a qualquer Obrigação Governamental especificada no item (x) supra e detida pelo banco por conta do detentor do *depositary receipt* em questão, ou no tocante a qualquer pagamento específico de principal ou juros sobre qualquer Obrigação Governamental dessa forma especificada e detida, ficando estipulado que (salvo exigência de lei) o custodiante não está autorizado a efetuar dedução do valor devido ao detentor do *depositary receipt* em questão de qualquer valor recebido pelo custodiante em relação à Obrigação Governamental ou ao pagamento específico de principal ou juros comprovados pelo *depositary receipt*.

“**Detentor**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(c).

“**Valor da Parcela**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 6(a).

“**Título Parcelado**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(a).

“**Valor de Juros**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(II)(d).

“**Data de Início de Juros**” significa, no caso da primeira emissão de Título Subordinado ou Títulos Subordinados de uma Série, a Data de Emissão ou a outra data porventura especificada como Data de Início de Juros nos Termos Finais pertinentes.

“**Data de Determinação de Juros**” significa, em relação a qualquer Período de Juros, a data que cair no período de dias especificado nos Termos Finais pertinentes nos quais bancos e mercados de câmbio estiverem abertos para expediente no

Centro Bancário Pertinente antes do primeiro dia do Período de Juros em questão ou, caso o período não seja dessa forma especificado, o dia que cair dois Dias Úteis Pertinentes antes do primeiro dia do Período de Juros em questão.

“**Data de Pagamento de Juros**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Período de Juros**” significa o período iniciado em (e incluindo) a Data de Início de Juros até (mas excluindo) a primeira Data de Pagamento de Juros Especificada e cada período consecutivo com início em (e incluindo) Data de Pagamento de Juros Especificada até (mas excluindo) a Data de Pagamento de Juros Especificada imediatamente seguinte.

“**Definições ISDA**” significa as Definições ISDA 2006 publicadas pela International Swaps and Derivatives Association, Inc., salvo especificação em contrário nos Termos Finais pertinentes.

“**Determinação ISDA**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa ISDA**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 5(II)(b)(iv).

“**Data de Emissão**” significa, em relação a qualquer Título Subordinado ou Títulos Subordinados, a data de emissão do Título Subordinado ou Títulos Subordinados em questão.

“**Solicitação do Emissor**” significa solicitação escrita assinada em nome do Emissor por diretor autorizado do Emissor.

“**Margem**” significa a taxa percentual ao ano especificada nos Termos Finais pertinentes.

“**Data de Vencimento**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa de Juros Máxima**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa de Juros Mínima**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Nova Residência**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 11(d)(iii).

“**Detentor de Título**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(c).

“**Parecer de Advogado**” significa parecer escrito de advogado de qualquer pessoa, que poderá incluir, sem limitação, advogado do Emissor, quer o advogado seja, quer não, empregado do Emissor, em todos os casos em forma e teor razoavelmente aceitáveis ao Trustee.

“**Valor de Resgate Opcional**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Data de Resgate Opcional**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Nível de Retenção Original**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Passivos de Paridade**” significa, no tocante ao Emissor, quaisquer valores mobiliários ou passivos que tenham sido ou serão considerados parte do patrimônio de referência do Emissor segundo a Resolução 3.444 e estabelecido pela Resolução 3.444, com exceção das Obrigações de Segundo Grau.

“**Estado Membro Participante**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 21(b).

“**pessoa**” significa qualquer pessoa física, companhia, sociedade anônima, empresa, sociedade, empreendimento conjunto, associação, organização, estado ou agência de estado ou outra entidade, quer tenha, quer não, personalidade jurídica separada.

“**Evento de Inadimplemento Potencial**” significa um evento ou circunstância que, mediante entrega de notificação, decurso de prazo, emissão de certificado ou atendimento de qualquer outra exigência prevista na Condição 9, tornar-se-ia um Evento de Inadimplemento.

“**Fonte Principal**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Legenda de Colocação Privada**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 3(e).

“**Processos**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 23(b).

“**Multiplicador de Taxa**” significa a taxa ou número percentual aplicado à Taxa de Juros pertinente, conforme especificado nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa de Juros**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Data de Registro**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 7(a).

“**Data de Redenominação**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 21(b).

“**Bancos de Referência**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Taxa de Referência**” significa, em relação a qualquer Título Subordinado, a proposta, oferecida ou média de proposta e taxa oferecida, conforme especificado nos Termos Finais pertinentes, em relação à taxa flutuante especificada nos Termos Finais pertinentes.

“**Livro de Registro**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(a).

“**Evento Regulatório**” significa, subsequentemente à data na qual os Títulos Subordinados inicialmente se qualificarem como Capital Tier 2, a entrega pelo Banco Central ou por qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável de notificação escrita dando conta que os Títulos Subordinados não poderão ser incluídos no Capital Tier 2 consolidado do Emissor.

“**Centro Bancário Pertinente**” significa, em relação a qualquer Título Subordinado, o Centro Bancário Pertinente especificado nos Termos Finais pertinentes ou, caso não seja dessa forma especificado, o centro bancário ao qual o Benchmark pertinente for mais estritamente ligado (que, no caso da EURIBOR será a Europa) ou, caso não haja essa ligação, Londres.

“**Dia Útil Pertinente**” significa:

(a) no caso de moeda que não seja o Euro, o dia (exceto sábado ou domingo) no qual bancos comerciais e mercados de câmbio estiverem abertos para expediente no Centro Financeiro Pertinente; ou

(b) no caso do Euro, Dia Útil TARGET; e

(c) no caso de qualquer moeda, o dia (exceto sábado ou domingo) no qual bancos comerciais e mercados de câmbio estiverem abertos para expediente no(s) Centro(s) Comercial(is) especificado(s) nos Termos Finais pertinentes.

“**Data Pertinente**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 8.

“**Centro Financeiro Pertinente**” significa o principal centro financeiro da moeda pertinente (que, no caso do Euro, será a Europa), conforme especificado nos Termos Finais pertinentes.

“**Títulos Pertinentes**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 11(d).

“**Momento Pertinente**” significa o horário local no Centro Bancário Pertinente no qual for habitual a determinação da proposta, taxas médias e oferecidas em relação a depósitos naquela moeda no mercado interbancário no Centro Bancário Pertinente ou, caso não exista tal horário local habitual, 11h00 no Centro Bancário Pertinente e, para este fim, a “**hora local**” significa, no tocante à Europa como Centro Bancário Pertinente, a hora de Bruxelas.

“**Data de Restabelecimento**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes e, para fins da Condição 5(II)(b)(iv), tem o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Resolução 2.099**” significa a Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, aditada ou substituída periodicamente.

“**Resolução 3.444**” significa a Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, aditada ou substituída periodicamente.

“**Exigências de Capital Baseadas em Risco**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 17(c)(i).

“**Determinação de Taxa Eletrônica**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Obrigações de Segundo Grau**” significa quaisquer tipos ou classes de capital social do Emissor.

“**Securities Act**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 3(e).

“**Obrigações Seniores**” significa todas as obrigações do Emissor, com exceção dos Passivos de Paridade e das Obrigações de Segundo Grau.

“**Série**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(c).

“**Moeda Especificada**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Denominação Especificada**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(b).

“**Moeda de Pagamento de Juros Especificada**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Data de Pagamento de Juros Especificada**” significa cada data que cair no último dia do Período de Juros especificado nos Termos Finais pertinentes subsequentemente à Data de Pagamento de Juros Especificada anterior ou, no caso da primeira Data de Pagamento de Juros Especificada, subsequentemente à Data de Início de Juros ou conforme por outra forma especificado como tal no Título Subordinado pertinente, em cada caso ajustada segundo a Convenção de Dia Útil especificada nos Termos Finais pertinentes.

“**Moeda de Pagamento de Principal Especificada**” tem o significado atribuído a esse termo nos Termos Finais pertinentes.

“**Títulos Subordinados**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1 (a).

“**Núcleo de Subordinação**” significa o núcleo de subordinação elaborado em conformidade com a Resolução 3.444, anexado aos Termos Finais pertinentes.

“**Devedor Substituído**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 11(d).

“**Sociedade Sucessora**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 18(a).

“**Operação de Swap**”, para fins da Condição 5(II)(b)(iv), tem o significado atribuído a esse termo nas Definições ISDA.

“**Dia Útil TARGET**” significa dia no qual o Sistema TARGET estiver operando.

“**Sistema TARGET**” significa o Sistema de Transferências Automáticas Transeuropeias Expressas de Liquidação pelo Valor Bruto em Tempo Real (designado TARGET2), lançado em 19 de novembro de 2007, ou qualquer sucessor seu.

“**Impostos**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 8.

“**Termos e Condições**” significa estes Termos e Condições, conforme alterados e aditados pelos Termos Finais pertinentes em relação a Série de Títulos Subordinados.

“**Capital Tier 2**” significa qualquer capital captado pelo Emissor ou por suas Afiladas, que tenha sido ou será autorizado pelo Banco Central como Tier 2 do patrimônio de referência, conforme estabelecido na Resolução 3.444.

“**Tranche**” tem o significado atribuído a esse termo na Condição 1(c).

“**Documentos da Operação**” significa a Escritura de Trust, o Contrato de Agenciamento, o Contrato de Distribuição e os Títulos Subordinados pertinentes (exceto o Núcleo de Subordinação anexado aos referidos instrumentos).

“**Tratado**” significa o tratado de estabelecimento da Comunidade Europeia, conforme alterado.

3. Transferências de Títulos Subordinados e Emissão de Títulos Subordinados Definitivos

(a) *Transferência de Títulos Subordinados*: Um Título Subordinado poderá, segundo os termos e observadas as condições estabelecidos no Contrato de Agenciamento, ser transferido, no todo ou em parte, em Denominação Especificada mediante a entrega do Título Definitivo emitido em relação ao Título Subordinado a ser transferido, em conjunto com o formulário de transferência nele endossado devidamente preenchido e celebrado, no escritório especificado do Agente de Registro ou de qualquer Agente de Transferência. No caso de transferência de apenas parte de Título Subordinado, será emitida ao cedente um novo Título Definitivo em relação ao saldo não transferido. Cada novo Título Definitivo a ser emitido ao cessionário quando da transferência de tal Título Subordinado deverá, dentro de três Dias Úteis Pertinentes a contar do recebimento do formulário de transferência, ser remetido por conta e risco do Detentor que tiver direito ao novo Título Definitivo ao endereço porventura especificado no formulário de transferência.

(b) *Transferência Sem Encargos*: O registro de transferência será efetuado sem encargos pelo Emissor, pelo Agente de Registro ou pelos Agentes de Transferência ou em seu nome, contudo, contra pagamento (ou prestação da indenização porventura requerida pelo Agente de Registro ou pelo Agente de Transferência pertinente) referente a qualquer imposto ou outros encargos governamentais porventura cobrados em relação ao registro.

(c) *Períodos Fechados*: O Detentor de Título não poderá exigir registro de transferência de Título Subordinado (i) durante o período de 15 dias encerrado na data de vencimento de qualquer pagamento de principal (e, para fins destes termos e condições, salvo exigência diversa do contexto, o valor será devido quando da entrega de Título Subordinado) do Título Subordinado, (ii) durante o período de 60 dias anterior a qualquer data na qual Títulos Subordinados da Série pertinente possam ser resgatados pelo Emissor à sua opção de acordo com a Condição 17(d)(iii), ou (vi) depois da entrega de qualquer notificação referente a resgate, no todo ou em parte, de qualquer Título Subordinado em conformidade com a Condição 17(d).

(d) *Regulamentos*: Todas as transferências de Títulos Subordinados e consignações no Livro de Registro serão efetuadas com observância dos regulamentos pormenorizados relativos a transferências de Títulos Subordinados anexados ao Contrato de Agenciamento. Os regulamentos poderão ser alterados pelo Emissor, mediante a prévia aprovação escrita do Trustee e do Agente de Registro. Atendendo solicitação, cópia dos atuais regulamentos será colocada à disposição pelo Agente de Registro a qualquer Detentor de Título Subordinado.

(e) *Legenda de Colocação Privada*: Quando da transferência, permuta ou substituição de Títulos Subordinados que apresentarem legenda de colocação privada (“**Legenda de Colocação Privada**”) para fins da Norma 144A nos termos do Securities Act de 1933, e alterações posteriores (“**Securities Act**”) constante no modelo de Título Subordinado anexado ao Contrato de Agenciamento, o Agente de Registro entregará apenas Títulos Subordinados que também apresentarem tal legenda, salvo determinação em contrário do Emissor em conformidade com a legislação aplicável.

4. Status

Os Títulos Subordinados (que especificarão seu *status* de subordinados nos Termos Finais pertinentes) constituem obrigações diretas, não garantidas e subordinadas do Emissor e ficarão subordinados ao direito de pagamento a quaisquer Obrigações Seniores existentes e futuras do Emissor em conformidade com as disposições da Condição 17. Os Títulos Subordinados concorrerão *pari passu* e sem preferência entre si e em igualdade de condições com todas as demais obrigações não garantidas e subordinadas presentes e futuras do Emissor nos termos da Resolução 3.444 (que não as preferências segundo disposições obrigatórias de lei).

5. Juros

Uma ou mais das disposições a seguir se aplicam a cada Título Subordinado, conforme especificado nos Termos Finais pertinentes.

(I) Títulos de Taxa Fixa

Esta Condição 5(I) é aplicável a Título Subordinado em relação ao qual as disposições de Título de Taxa Fixa forem especificadas como aplicáveis nos Termos Finais pertinentes (“**Título de Taxa Fixa**”).

(a) *Taxa de Juros e Vencimento*: Incidirão juros sobre o valor nominal pendente de cada Título Subordinado a partir (inclusive) da respectiva Data de Início de Juros à taxa anual (expressa como porcentagem) igual à Taxa de Juros especificada nos Termos Finais pertinentes. Os juros são devidos após cada Data de Pagamento de Juros em cada ano e na Data de Vencimento especificada nos Termos Finais pertinentes caso aquela data não caia em uma Data de Pagamento de Juros. O(s) valor(es) de juros devido(s) em relação ao Título Subordinado poderá(ão) ser especificado(s) nos Termos Finais pertinentes como o(s) Valor(es) de Cupom Fixo(s) ou, caso desta forma especificado, o Valor Discriminado. Caso os Títulos Subordinados estejam em mais de uma Denominação Especificada, o valor de juros devidos em relação a cada Título Subordinado em qualquer Período de Juros será o Valor de Cupom Fixo pertinente em relação à Denominação Especificada pertinente.

O primeiro pagamento de juros sobre Título Subordinado será efetuado na Data de Pagamento de Juros imediatamente seguinte à Data de Início de Juros pertinente. Caso o período entre a Data de Início de Juros e a primeira Data de Pagamento de Juros seja diferente do período entre Datas de Pagamento de Juros, o primeiro pagamento de juros sobre Título Subordinado será o valor especificado nos Termos Finais pertinentes como o Valor Discriminado inicial. Caso a

Data de Vencimento não seja a Data de Pagamento de Juros, os juros a partir (inclusive) da Data de Pagamento de Juros anterior (ou a partir (inclusive) da Data de Início de Juros, conforme seja o caso) até (mas excluindo) a Data de Vencimento será o valor especificado nos Termos Finais pertinentes como o Valor Discriminado final.

Os juros deixarão de incidir sobre cada Título Subordinado na data de vencimento de resgate (ou, no caso de Título Parcelado, em relação a cada parcela de principal, na data de vencimento de pagamento do Valor de Parcela pertinente) a menos que, quando da devida apresentação ou entrega, o pagamento de principal seja indevidamente retido ou negado pelo Emissor. Nesta hipótese, juros continuarão a incidir, tanto antes como depois de sentença, da maneira prevista nesta Condição 5(I) e à taxa igual à soma da taxa estabelecida nesta Condição 5(I) mais a Taxa de Mora até a Data Pertinente (salvo na medida em que não ocorra o pagamento subsequente aos Detentores pertinentes segundo estes termos e condições). Incidirão juros sobre quaisquer juros vencidos (na medida permitida pela lei aplicável) à taxa igual à soma da taxa estabelecida nesta Condição 5(I) mais a Taxa de Mora.

(b) *Cálculos*: Os juros referentes a período menor do que o período compreendido entre Datas de Pagamento de Juros (ou, no caso do primeiro Período de Juros, o período entre a Data de Início de Juros e a primeira Data de Pagamento de Juros) ou, no caso do Período de Juros final, o período entre a Data de Pagamento de Juros final e a Data de Vencimento) serão calculados com emprego da Fração de Cálculo de Dias aplicável.

(II) Títulos de Taxa Flutuante

Esta Condição 5(II) se aplica a Título Subordinado em relação ao qual as disposições de Título de Taxa Flutuante forem especificadas como aplicáveis nos Termos Finais pertinentes (“**Título de Taxa Flutuante**”).

(a) *Datas de Pagamento de Juros Especificadas*: Incidirão juros sobre o valor nominal pendente de cada Título Subordinado a partir (inclusive) da respectiva Data de Início de Juros e os juros serão devidos após cada Data de Pagamento de Juros Especificada.

(b) *Taxa de Juros*: Incidirão juros sobre cada Título Subordinado a taxa flutuante que poderá tomar por base uma ou mais taxas de juros ou índices de taxa de câmbio ou conforme por outra forma especificado nos Termos Finais pertinentes (cada qual “**Benchmark**”). As datas de vencimento de juros sobre Título Subordinado, o Benchmark e a base de cálculo de cada valor de juros devidos em relação ao Título Subordinado em cada tal data e em qualquer outra data de vencimento de juros em relação ao Título Subordinado, e a taxa (ou a base de cálculo de tal taxa) à qual incidirão juros em relação a qualquer valor devido no tocante ao Título Subordinado serão os constantes abaixo, salvo especificação em contrário nos Termos Finais pertinentes. Observada a Condição 5(II)(c), a Taxa de Juros devida periodicamente será, salvo especificação em contrário nos Termos Finais pertinentes, determinada pelo Agente de Cálculo com base nas seguintes disposições:

(i) No ou por volta do Momento Pertinente na Data de Determinação de Juros pertinente em relação a cada Período de Juros, o Agente de Cálculo:

(A) no caso de Título Subordinado que especifique que a Fonte Principal da Taxa Flutuante será derivada de página, seção ou outra parte especificada de serviço de informações em particular (cada qual conforme especificado nos Termos Finais pertinentes), determinará a Taxa de Juros do Período de Juros que, observadas as disposições abaixo, será (x) a Taxa de Referência constante na página, seção ou outra parte do serviço de informações (caso a Taxa de Referência seja cotação composta ou taxa de juro anual ou seja normalmente fornecida por uma pessoa) ou (y) a média aritmética (arredondada, caso necessário, até o um centésimo mais próximo de ponto percentual) das Taxas de Referência das pessoas naquele momento cuja Taxa de Referência dessa forma conste na página, seção ou outra parte do serviço de informações, em qualquer tal caso em relação a depósitos na Moeda Especificada pertinente efetuados na ou pela pessoa ou pessoas em período igual à duração do Período de Juros; e

(B) no caso de Título Subordinado que especifique que a Fonte Principal da Taxa Flutuante será os Bancos de Referência especificados nos Termos Finais pertinentes e, no caso de Título Subordinado que se enquadre na Condição 5(II)(b)(i)(A), mas em relação ao qual (x) não conste Taxa de Referência no ou por volta do Momento Pertinente ou (y) a Taxa de Juros deva ser determinada por referência à média aritmética de cotações de pessoas constantes na página, seção ou outra parte pertinente do serviço de informações conforme estabelecido na Condição 5(II)(b)(i)(A)(y), mas em relação ao qual conste menos de duas Taxas de Referência no ou por volta do Momento Pertinente, solicitará aos escritórios centrais do Centro Bancário Pertinente de cada um dos Bancos de Referência especificados nos Termos Finais pertinentes (ou, conforme seja o caso, qualquer Banco de Referência substituto designado de tempos em tempos de acordo com a Condição 5(II)(b)(i) o

fornecimento ao Agente de Cálculo de sua Taxa de Referência cotada a bancos líderes para depósitos em valor representativo na Moeda Especificada pertinente em período equivalente à duração do Período de Juros. Caso se aplique esta Condição 5(II)(b)(i)(B), a Taxa de Juros no Período de Juros pertinente será, observadas as disposições abaixo, a média aritmética (arredondada, caso necessário, até o um centésimo mais próximo de ponto percentual) das Taxas de Referência calculadas pelo Agente de Cálculo.

(ii) Caso, no ou por volta do Momento Pertinente em qualquer Data de Determinação de Juros na qual a Taxa de Juros deva ser determinada de acordo com a Condição 5(II)(b)(i)(B) em relação a Título Subordinado, apenas um ou nenhum dos Bancos de Referência forneça as cotações pertinentes, a Taxa de Juros do Período de Juros pertinente será, observados os termos abaixo, determinada em conformidade com a Condição 5(II)(b)(i)(B) com base nas Taxas de Referência cotadas por esses Bancos de Referência.

(iii) Caso, no ou por volta do Momento Pertinente em qualquer Data de Determinação de Juros na qual a Taxa de Juros deva ser determinada de acordo com a Condição 5(II)(b)(i)(B), apenas um ou nenhum Banco de Referência forneça a Taxa de Referência, a Taxa de Juros do Período de Juros pertinente será a taxa anual (expressa como porcentagem) determinada pelo Agente de Cálculo como a média aritmética (arredondada, caso necessário, até o um centésimo mais próximo de ponto percentual) das Taxas de Referência em relação à moeda pertinente que bancos, no Centro Financeiro Pertinente da Moeda Especificada ou, caso a Moeda Especificada seja o Euro, na Europa, escolhido pelo Agente de Cálculo (depois de consulta com o Emissor) estiverem cotando no ou por volta do Momento Pertinente na Data de Determinação de Juros pertinente em período equivalente ao Período de Juros para bancos líderes que operem naquele Centro Financeiro Pertinente ou, caso a Moeda Especificada seja o Euro, na Europa, ressalvando-se que, caso os bancos dessa forma escolhidos pelo Agente de Cálculo não estejam cotando conforme mencionado acima, a Taxa de Juros será, observadas as disposições abaixo, a Taxa de Juros vigente no último Período de Juros precedente ao qual tiver se aplicado a Condição 5(II)(b)(i)(A) ou (B) ou a Condição 5(II)(b)(ii).

(iv) No caso de Título Subordinado que especifique que a maneira de determinação da Taxa de Juros será a Determinação ISDA, a Taxa de Juros de cada Período de Juros será, observadas as disposições abaixo, determinada pelo Agente de Cálculo como taxa igual à Taxa ISDA pertinente. Para fins deste subparágrafo (iv), “**Taxa ISDA**” de Período de Juros significa taxa igual à Taxa Flutuante que seria determinada pelo Agente de Cálculo nos termos de Operação de Swap segundo contrato que incorpore as Definições ISDA e nos termos do qual:

(A) a Opção de Taxa Flutuante for a especificada nos Termos Finais pertinentes;

(B) o Vencimento Designado for o período especificado nos Termos Finais pertinentes; e

(C) a Data de Restabelecimento pertinente for o primeiro dia daquele Período de Juros, salvo especificação em contrário nos Termos Finais pertinentes.

Para efeitos deste subparágrafo (iv), “**Taxa Flutuante**”, “**Agente de Cálculo**”, “**Opção de Taxa Flutuante**”, “**Vencimento Designado**”, “**Data de Restabelecimento**” e “**Operação de Swap**” terão os significados atribuídos a tais termos nas Definições ISDA.

(c) *Taxas Mínima/Máxima*: Se houver uma Taxa de Juros Mínima especificada nas Condições Finais pertinentes, a Taxa de Juros aplicável ao respectivo Título Subordinado não poderá, em nenhuma hipótese, ser inferior a ela, e, se houver uma Taxa de Juros Máxima especificada nas Condições Finais pertinentes, a Taxa de Juros aplicável ao respectivo Título Subordinado não poderá, em nenhuma hipótese, ser superior a ela.

(d) *Determinação da Taxa de Juros e Cálculo do Valor de Juros*: O Agente de Cálculo deverá, assim que possível após o Momento Pertinente, em cada Data de Determinação de Juros, determinar a Taxa de Juros na forma prevista nesta Condição 5(II) e calcular o valor dos juros devidos (“**Valor de Juros**”) referente à Denominação Especificada mínima no Período de Juros pertinente. O Valor de Juros deverá ser calculado mediante aplicação da Taxa de Juros, ajustada, se necessário, pela eventual Margem ou Multiplicador de Taxa, à Denominação Especificada mínima e multiplicação desse produto pela Fração de Cálculo de Dias aplicável, devendo o valor resultante ser arredondado, caso necessário, para a sub-unit mais próxima da moeda pertinente. A determinação da Taxa de Juros e do Valor de Juros pelo Agente de Cálculo serão (salvo erro manifesto) definitivos e vinculativos para todas as partes, e o Agente de Cálculo não terá qualquer responsabilidade em virtude do exercício de seus poderes e funções previstos neste instrumento ou a outro título com relação aos

Títulos Subordinados, salvo em caso de negligência grave ou dolo. Para tais fins, “sub-unit” significará, no caso de qualquer moeda que não o dólar, o menor valor dessa moeda que tenha curso legal no país da respectiva moeda e, no caso do dólar, um centavo.

(e) *Cálculo de Outros Valores*: Se as Condições Finais pertinentes especificarem qualquer outro valor para ser calculado pelo Agente de Cálculo, o Agente de Cálculo deverá, imediatamente após o(s) momento(s) em que tal valor deva ser determinado ou calculado, notificar o valor pertinente ao Emissor e aos Detentores de Títulos. O valor pertinente deverá ser calculado pelo Agente de Cálculo na forma especificada nas Condições Finais pertinentes.

(f) *Notificação da Taxa de Juros e do Valor de Juros*: O Agente de Cálculo deverá providenciar para que a Taxa de Juros e o Valor de Juros de cada Período de Juros e da Data de Pagamento de Juros Especificada pertinente e quaisquer outros valores que devam ser determinados por ele sejam notificados ao *Trustee*, ao Emissor, a cada um dos Agentes, aos Detentores de Títulos (de acordo com a Condição 19(a)) e, caso os Títulos Subordinados pertinentes estejam listados na época em qualquer bolsa de valores (cada qual designada uma “**Bolsa**”), à Bolsa, assim que possível após sua determinação, mas, em qualquer hipótese, até três Dias Úteis Pertinentes após sua determinação. O Valor de Juros e a Data de Pagamento de Juros Especificada assim notificados poderão ser posteriormente alterados pelo Agente de Cálculo (ou ser objeto de disposições alternativas a título de ajuste), independentemente de notificação, em caso de prorrogação ou redução do Período de Juros.

(g) *Incidência de Juros*: Os juros sobre cada Título Subordinado deixarão de incidir na data de vencimento para resgate (ou, no caso de um Título Parcelado, com relação a cada parcela do principal, na data de vencimento para pagamento do Valor da Parcela pertinente), salvo se, após a devida apresentação ou entrega, o pagamento do principal for retido ou negado indevidamente pelo Emissor. Nessa hipótese, os juros continuarão a incidir, antes e depois da sentença, na forma prevista nesta Condição 5(II), a uma taxa equivalente à soma da taxa prevista nesta Condição 5(II) e da Taxa de Mora, até a Data Pertinente (salvo na medida em que houver omissão do pagamento subsequente aos Detentores pertinentes no âmbito destes Termos e Condições). Incidirão juros sobre os eventuais juros vencidos (na medida permitida pela lei aplicável) a uma taxa equivalente à soma da taxa prevista nesta Condição 5(II) e da Taxa de Mora.

(h) *Agente de Cálculo e Bancos de Referência*: O Emissor deverá providenciar para que, enquanto houver qualquer Título Subordinado aos quais se aplique esta Condição 5(II) em aberto, exista em todos os momentos um Agente de Cálculo para tal Título Subordinado e, na medida em que a Fonte Principal da Taxa Flutuante de tal Título Subordinado forem os Bancos de Referência, existam em todos os momentos quatro Bancos de Referência com escritório no Centro Bancário Pertinente. O Emissor deverá também assegurar que, no caso de qualquer Título Subordinado cuja determinação de juros se enquadre na Condição 5(II)(b)(i)(A) e em relação ao qual não conste nenhuma Taxa Referencial por volta do Momento Pertinente ou em relação ao qual constem menos de duas Taxas de Referência por volta do Momento Pertinente, existam quatro Bancos de Referência nomeados para tal Título Subordinado com escritório no Centro Bancário Pertinente. Caso qualquer Banco de Referência (atuando por meio de seu escritório pertinente) não possa ou não se disponha a continuar atuando como Banco de Referência, o Emissor deverá nomear outro Banco de Referência com escritório no Centro Bancário Pertinente para que atue como tal em seu lugar. Caso o Agente de Cálculo não possa ou não se disponha a atuar como tal, ou o Agente de Cálculo deixe de estabelecer devidamente a Taxa de Juros de qualquer Período de Juros ou de calcular o Valor de Juros ou qualquer outro valor que deva ser calculado pelo Agente de Cálculo de acordo com as Condições Finais pertinentes, o Emissor deverá nomear o escritório de Londres de um banco líder atuante nos mercados interbancários de Londres e internacionais para que atue como tal em seu lugar. O Agente de Cálculo não poderá renunciar às suas funções sem que tenha sido nomeado um sucessor conforme disposto anteriormente.

(III) Diferimento dos Juros sobre Títulos Subordinados

Os Títulos Subordinados ficarão sujeitos, independentemente de tais Títulos Subordinados serem Títulos de Taxa Fixa ou Títulos de Taxa Flutuante, às disposições sobre diferimento dos juros previstas na Condição 17.

6. Resgate e Compra

(a) *Resgate Final*: Salvo se anteriormente resgatados ou comprados e cancelados, e observado o disposto na Condição 6(d), cada um dos Títulos Subordinados deverá ser resgatado por seu valor de resgate (“**Valor de Resgate Final**”), o qual será seu valor nominal ou qualquer outro valor especificado nas Condições Finais pertinentes, ou, no caso de Títulos Parcelados, no número de parcelas e pelos valores (“**Valor da Parcela**”) eventualmente especificados nas Condições Finais pertinentes, na Data de Vencimento aplicável especificada nas Condições Finais pertinentes.

(b) *Recompras*: O Emissor e qualquer de suas Afiliadas somente poderão recomprar Títulos Subordinados no mercado aberto ou de outra forma de acordo com o disposto na Condição 17. Para fins dos parágrafos (d) (i), (ii), (iii) e (iv) da Condição 17 referentes a recompras ou resgates, conforme o caso, que possam ser efetuados pelo Emissor, as referências ao Emissor incluirão o Banco ou qualquer sucessor do mesmo, atuando por meio de sua sede ou de qualquer filial.

(c) *Resgate de Títulos Subordinados*: Os Títulos Subordinados somente poderão ser resgatados, a critério do Emissor, de acordo com o disposto na Condição 17. Os Títulos Subordinados não poderão ser resgatados a critério dos Detentores de Títulos Subordinados.

(d) *Diferimento do Principal dos Títulos Subordinados*: Os Títulos Subordinados ficarão sujeitos às disposições sobre diferimento dos pagamentos do respectivo principal previstas na Condição 17.

(e) *Cancelamento*: Todos os Títulos Subordinados resgatados deverão ser cancelados o quanto antes. Os Títulos Subordinados eventualmente comprados de acordo com a Condição 17(d), poderão, a critério do Emissor, observadas as especificações em contrário nas Condições Finais pertinentes, ser cancelados ou revendidos. Os Títulos Subordinados cancelados após eventual resgate ou compra efetuado de acordo com a Condição 17 (d) poderão, a critério do Emissor, observadas as especificações em contrário nas Condições Finais pertinentes, ser reemitidos.

7. Pagamentos

(a) *Pagamentos do Principal e dos Juros*: Os pagamentos do principal e dos juros dos Títulos Subordinados deverão ser efetuados ou providenciados pelo Agente de Pagamento Principal na data de vencimento para pagamento à pessoa que constar do Livro de Registro (ou, no caso Detentores conjuntos, ao primeiro designado) quando do fechamento dos negócios (no horário local do lugar do escritório especificado do Agente de Pagamento Principal): (i) no caso de um Título Nominativo registrado em nome da DTC ou de um designado desta, no décimo quinto dia útil da DTC antes da data de vencimento para pagamento do mesmo; e (ii) no caso de um Título Nominativo depositado em um depositário comum do Euroclear ou do Clearstream, Luxemburgo, e registrado em nome de um designado deste ou daquele, em um dia em que o Euroclear ou o Clearstream, Luxemburgo, conforme o caso, esteja aberto para negócios antes da data de vencimento para pagamento do mesmo (“**Data de Registro**”):

(i) mediante cheque sacado contra ou transferência para uma conta na referida Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, mantida pelo favorecido em um banco no Centro Financeiro Pertinente da referida Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, ou, no caso do Euro, em uma cidade na qual os bancos tenham acesso ao Sistema TARGET; ou

(ii) conforme especificado de outra forma nas Condições Finais pertinentes como Mecanismo de Pagamento Alternativo, observada, em cada caso, a Condição 7(c). Para fins desta Condição 7, “**dia útil da DTC**” significará qualquer dia em que a DTC esteja aberta para negócios.

Os pagamentos do principal dos Títulos Subordinados (exceto, no caso de um Título Parcelado, o pagamento de qualquer parcela, salvo a parcela final) somente poderá ser efetuado contra entrega do Título Definitivo pertinente no escritório especificado de qualquer Agente de Transferência. Mediante requerimento do Detentor ao escritório especificado de qualquer Agente de Transferência com pelo menos 15 dias de antecedência da data de vencimento de qualquer pagamento referente a um Título Subordinado, tal pagamento deverá ser efetuado mediante transferência para uma conta mantida pelo favorecido em um banco no Centro Financeiro Pertinente ou, no caso do Euro, em uma cidade na qual os bancos tenham acesso ao Sistema TARGET. Os dados da conta na qual os pagamentos do Detentor registrado devam ser efetuados deverão ser notificados pelo Detentor ao escritório especificado do Agente de Pagamento Principal antes da

Data de Registro que preceder a data de pagamento pertinente. Se o valor de principal pago for inferior ao valor nominal do Título Definitivo pertinente, o Agente de Registro deverá anotar no Livro de Registro o valor do principal pago e (caso solicitado pelo Emissor ou por um Detentor de Título) emitir um novo Título Definitivo de valor nominal equivalente ao valor nominal a pagar remanescente.

(b) *Início do Pagamento*: Caso o pagamento deva ser efetuado mediante transferência para uma conta na Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada pertinente, conforme o caso, deverão ser iniciadas as instruções de pagamento (pelo valor na data de vencimento ou, caso esta não seja um Dia Útil Pertinente, pelo valor no primeiro Dia Útil Pertinente subsequente), e, caso o pagamento deva ser efetuado mediante cheque, o cheque deverá ser enviado (por conta e risco do Detentor do referido Título Subordinado) no último dia em que o Agente de Pagamento Principal esteja aberto para negócios antes da data de vencimento para pagamento ou, no caso de pagamentos do principal em que o Título Definitivo pertinente não tenha sido entregue no escritório especificado de qualquer Agente de Transferência, em um dia em que o Agente de Pagamento Principal esteja aberto para negócios e em que o Título Definitivo pertinente seja entregue.

(c) *Pagamentos por Meio da The Depository Trust Company*: Os Títulos Subordinados deverão ser emitidos, caso assim especificado para eles, sob a forma de um ou mais Títulos Definitivos registrados em nome da The Depository Trust Company (“DTC”) ou de um designado desta. Os pagamentos do principal e dos juros referentes aos Títulos Subordinados denominados em dólares norte-americanos deverão ser efetuados de acordo com as Condições 6(a) e (b). Os pagamentos do principal e dos juros referentes a Títulos Subordinados registrados em nome da DTC ou de um designado desta e denominados em uma Moeda Especificada ou em relação aos quais devam ser efetuados pagamentos em uma Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, diversa do dólar norte-americano deverão ser providenciados pelo Agente de Pagamento Principal na Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada pertinente, conforme o caso, de acordo com o disposto a seguir. Os valores na referida Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, devidos pelo Agente de Pagamento Principal ou por seu agente à DTC em função de Títulos Subordinados detidos pela DTC ou por seu designado serão recebidos do Emissor pelo Agente de Pagamento Principal, que deverá efetuar pagamentos na referida Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, mediante transferência bancária de fundos disponíveis no mesmo dia para a conta bancária designada na referida Moeda Especificada, Moeda de Pagamento de Principal Especificada ou Moeda de Pagamento de Juros Especificada, conforme o caso, dos participantes da DTC que tiverem direito de receber o pagamento pertinente.

(d) *Atraso no Pagamento*: Os Detentores de Títulos não terão direito a juros ou outros pagamentos em caso de atraso, após a data de vencimento, no recebimento do valor devido por um Título Subordinado se a data de vencimento não for um Dia Útil Pertinente, houver atraso na entrega ou impossibilidade de entrega, por parte do Detentor de Título, de seu Título Definitivo (caso seja obrigado a entregá-lo) ou um cheque enviado de acordo com a Condição 7(b) chegar após a data de vencimento para pagamento.

(e) *Pagamento Não Integral*: Caso o valor de principal ou dos juros devidos sobre um Título Subordinado não seja pago integralmente, o Agente de Registro deverá anotar no Livro de Registro o valor de principal ou dos juros, se houver, efetivamente pagos sobre tal Título Subordinado.

(f) *Sujeição dos Pagamentos à Lei etc.*: Todos os pagamentos ficarão sujeitos, em todos os casos, a quaisquer leis, regulamentos e diretivas aplicáveis no lugar do pagamento, sem prejuízo, porém, do disposto na Condição 9. Não poderão ser cobradas comissões ou despesas dos Detentores de Títulos com relação a tais pagamentos.

(g) *Nomeação dos Agentes*: O Agente de Pagamento Principal, os Agentes de Pagamento, o Agente de Registro, o Agente de Cálculo, o Agente de Substituição e os Agentes de Transferência nomeados inicialmente pelo Emissor e seus respectivos escritórios especificados estão relacionados no Contrato de Agenciamento. O Emissor reserva-se o direito, mediante prévia aprovação do *Trustee*, a qual não poderá ser negada sem motivo razoável, de modificar ou rescindir a nomeação de qualquer dos Agentes, nomear outro Agente de Registro, Agente de Substituição ou Agente de Cálculo e de nomear Agentes de Pagamento ou Agentes de Transferência adicionais ou diversos, *ressalvado* que o Emissor deverá manter, em todos os momentos: (i) um Agente de Pagamento Principal com relação a cada Série de Títulos Subordinados; (ii) um Agente de Pagamento de Londres; (iii) um Agente de Registro e um Agente de Transferência na Cidade de Nova

York; (iv) um Agente de Pagamento e um Agente de Transferência com escritório especificado em uma cidade europeia, a qual, enquanto a Bolsa na qual os Títulos Subordinados estiverem listados for a Bolsa de Valores de Luxemburgo, será Luxemburgo; (v) um Agente de Pagamento com escritório especificado em um estado-membro da União Europeia, sendo que tal estado-membro não será obrigado a reter ou deduzir imposto nos termos de qualquer lei que implemente a Diretiva do Conselho Europeu 2003/48/CE ou qualquer outra Diretiva da União Europeia que implemente as conclusões da reunião do Conselho ECOFIN de 26–27 de novembro de 2000 sobre a tributação dos rendimentos de poupança ou de qualquer lei que implemente, cumpra ou tenha sido introduzida para dar cumprimento à referida Diretiva; (vi) um Agente de Cálculo; e (vii) um Agente de Substituição. Qualquer alteração nesse sentido ou qualquer alteração do escritório especificado de qualquer dos Agentes deverá ser notificada o quanto antes aos Detentores de Títulos de acordo com a Condição 19(a).

(h) *Quitação de Obrigações*: O pagamento de quaisquer valores devidos em função de Títulos Subordinados efetuados para o Agente de Pagamento Principal conforme disposto neste instrumento constituirá, nessa medida, plena quitação ao Emissor. Em caso de inadimplemento de qualquer pagamento a qualquer Agente de Pagamento por parte do Agente de Pagamento Principal ou de qualquer pagamento referente aos Títulos Subordinados a qualquer Detentor por parte de qualquer Agente de Pagamento de acordo com estes Termos e Condições, o Emissor deverá pagar os valores adicionais necessários para que o referido Detentor receba o valor que receberia se tal inadimplemento não ocorresse.

8. Tributação

Todos os pagamentos por ou em nome do Emissor referentes aos Títulos Subordinados deverão ser efetuados sem qualquer retenção ou dedução de ou por conta de quaisquer impostos, tarifas, contribuições ou encargos governamentais (em conjunto, “**Impostos**”), de qualquer natureza, exigidos, incidentes, cobrados, retidos ou lançados pelo Brasil ou por qualquer autoridade neste ou deste que tenha poderes de tributação, no caso de Títulos Subordinados emitidos pelo Emissor atuando por meio de sua sede, ou pelo Brasil, pelas Ilhas Cayman ou por qualquer autoridade no ou do Brasil ou Ilhas Cayman que tenha poderes de tributação, no caso de Títulos Subordinados emitidos pelo Emissor atuando por meio de sua Filial de Grand Cayman, salvo se tal retenção ou dedução for exigido por lei. Nessa hipótese, o Emissor deverá pagar os valores adicionais necessários para que os Detentores de Títulos recebam os valores que receberiam se tal retenção ou dedução não fosse exigida, ressalvado que tais valores adicionais não serão devidos com relação a qualquer Título Subordinado:

(a) se tal retenção ou dedução for imposta em virtude da existência de algum outro vínculo entre o Detentor ou proprietário beneficiário (ou terceiro em nome do Detentor ou proprietário beneficiário) de tal Título Subordinado e o Brasil, as Ilhas Cayman ou qualquer autoridade no ou do Brasil ou Ilhas Cayman que tenha poderes de tributação além da mera detenção de tal Título Subordinado;

(b) se tal retenção ou dedução poderia ter sido licitamente elidida se o Detentor ou proprietário beneficiário (ou terceiro em nome do Detentor ou proprietário beneficiário) de tal Título Subordinado houvesse cumprido uma solicitação endereçada a tal Detentor ou proprietário beneficiário (ou terceiro) para que enviasse uma certificação, identificação ou relatório de informações sobre a nacionalidade, residência, identidade ou vínculo com a jurisdição fiscal de tal Detentor ou proprietário beneficiário (ou terceiro), *ressalvado* que o Emissor terá notificado adequadamente se cumprir a disposição geral sobre notificação prevista na Condição 19(a);

(c) se tal retenção ou dedução for imposta sobre um pagamento a ou por conta de uma pessoa física e exigida nos termos da Diretiva do Conselho Europeu 2003/48/CE ou qualquer alteração da mesma, de qualquer outra Diretiva Europeia que implemente as conclusões da reunião do Conselho ECOFIN de 26–27 de novembro de 2000 sobre a tributação dos rendimentos de poupança ou de qualquer lei que implemente, cumpra ou tenha sido introduzida para dar cumprimento à referida Diretiva ou alteração;

(d) se tal retenção ou dedução poderia ter sido elidida mediante apresentação do Título Subordinado pertinente a outro Agente de Pagamento em um estado-membro da União Europeia;

(e) com relação a qualquer Imposto que possa ser pago de outra forma que não mediante retenção ou dedução;

(f) com relação a qualquer Imposto sobre transmissão *causa mortis*, doação, bens imóveis, bens móveis, vendas ou transferências; ou

(g) entregue ou apresentado para pagamento mais de 30 dias após a Data Pertinente, salvo na medida em que o Detentor ou proprietário beneficiário (ou terceiro em nome do Detentor ou proprietário beneficiário) de tal Título Subordinado teria direito a valores adicionais caso o entregasse ou apresentasse para pagamento no último dia do referido período de 30 dias.

Sempre que utilizado nestes Termos e Condições, o termo **“Data Pertinente”**, com relação a qualquer Título Subordinado, significará a data em que o respectivo pagamento se tornar devido pela primeira vez ou (caso o valor integral devido não tenha sido recebido pelo *Trustee* ou pelo Agente de Pagamento Principal até a referida data de vencimento) a data de entrega da devida notificação aos Detentores de Títulos, de acordo com a Condição 19(a), de que tais valores foram recebidos e estão disponíveis para pagamento. As referências ao **“principal”** contidas nestes Termos e Condições deverão ser interpretadas de modo a incluir o **“Valor de Resgate Final”**, o **“Valor de Resgate Opcional”**, o **“Valor de Resgate Antecipado”** e o ágio eventualmente devido em função dos Títulos Subordinados, e as referências ao **“principal”** ou aos **“juros”** deverão ser interpretadas de modo a incluir os valores adicionais eventualmente devidos nos termos desta Condição 8 ou os compromissos outorgados in adicionalmente ou em substituição a tais valores nos termos da Escritura de *Trust*.

9. Eventos de Inadimplemento

Caso ocorra e persista um dos Eventos de Inadimplemento descritos nos parágrafos (b) e (c) infra, conforme modificados pelas Condições Finais, ou quaisquer outros eventos eventualmente especificados nestas, o *Trustee* deverá, caso instruído por escrito por Detentores de pelo menos um terço do valor nominal dos Títulos Subordinados da respectiva Série em aberto no momento ou orientado mediante Deliberação Extraordinária de Detentores de Títulos da respectiva Série (desde que indenizado, em cada caso, de forma satisfatória para ele), notificar o Emissor de que os Títulos Subordinados da respectiva Série estão vencidos, com o que eles se tornarão imediatamente vencidos, segundo o Valor de Resgate Antecipado especificado nas Condições Finais pertinentes ou, caso não especificado, o valor nominal especificado nas Condições Finais pertinentes, juntamente com os juros acumulados até a data de resgate de tais Títulos Subordinados. Porém, o Emissor somente será obrigado a efetuar o pagamento por vencimento antecipado depois que for declarado falido, for dissolvido, suspender o pagamento ou deixar ou tornar-se incapaz de pagar a totalidade ou parte substancial de suas dívidas (ou de uma determinada espécie de dívidas), de modo geral, no vencimento, ficando tais pagamentos sujeitos às disposições sobre subordinação previstas na Condição 17.

O referido vencimento antecipado ficará sujeito à condição de que, a qualquer momento após a declaração do vencimento do principal dos Títulos Subordinados, mas antes da obtenção ou prolação de qualquer sentença ou decreto para pagamento dos valores devidos, Detentores de pelo menos dois terços do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série afetada em aberto no momento poderão, mediante notificação por escrito ao Emissor e ao *Trustee*, rescindir e anular tal declaração e suas consequências, exclusivamente com relação a tais Títulos Subordinados, observadas certas condições, ressalvado que tal rescisão e anulação não afetarão qualquer inadimplemento subsequente nem prejudicarão qualquer direito delas decorrente.

Não haverá direito de antecipação do vencimento em caso de inadimplemento do pagamento do principal ou dos juros sobre os Títulos Subordinados conforme descrito na Condição 9(a). Não obstante o disposto anteriormente ou qualquer outra disposição destes Termos e Condições ou da Escritura de *Trust*, em caso de falta de pagamento, por parte do Emissor, do principal ou dos juros dos Títulos Subordinados quando do vencimento, os Detentores de Títulos poderão instaurar ação, inclusive pelo procedimento sumário, para exigir tal pagamento.

Cada um dos eventos a seguir constituirá um **“Evento de Inadimplemento”**:

(a) *Falta de pagamento*: Se, observada a Condição 17, o Emissor deixar de pagar o principal ou os juros (se houver) referentes a qualquer dos Títulos Subordinados da referida Série na respectiva data de vencimento e, no caso do principal, tal omissão perdurar por período de três dias ou, no caso dos juros, tal omissão perdurar por um período de dez dias;

(b) *Dissolução e insolvência*: Se o Emissor: (a) for dissolvido, salvo em virtude de uma fusão, incorporação ou recuperação que não envolva falência ou insolvência na qual as obrigações do Emissor

referentes aos Títulos Subordinados em aberto sejam assumidas pela pessoa jurídica sucessora; (b) suspender o pagamento, deixar de pagar ou for incapaz de pagar a totalidade ou parte substancial de suas dívidas (ou de uma determinada espécie de dívidas), de modo geral, no vencimento; (c) requerer autofalência ou qualquer outra ação ou processo para obter qualquer outra tutela prevista em qualquer lei similar à lei de falências e que afete os direitos de credores; ou (d) consentir com o ajuizamento contra si de um processo de falência involuntária ou qualquer outra ação ou processo, ou for instaurado um processo de falência involuntária, caso tal processo não seja indeferido até o 60º dia após seu ajuizamento ou tal indeferimento ou suspensão cessar de produzir efeitos; ou

(c) *Eventos análogos*: Se ocorrer qualquer evento que tenha, segundo as leis do Brasil, efeito análogo ao de qualquer dos eventos mencionados no parágrafo (b).

10. Prescrição

As reivindicações contra o Emissor referentes a pagamentos dos Títulos Subordinados ficarão prescritas e se tornarão nulas caso não sejam apresentadas no prazo de 10 anos (no caso do principal) ou 5 anos (no caso dos juros) a partir da respectiva Data Pertinente referente aos mesmos.

11. Assembleias de Detentores de Títulos, Modificação, Renúncia e Substituição

(a) *Assembleias de Detentores de Títulos*: A Escritura de *Trust* contém disposições (as quais produzirão os mesmos efeitos que produziram se estivessem incorporadas neste instrumento) sobre a convocação de assembleias de Detentores de Títulos de uma mesma Série para discussão de quaisquer questões que afetem seus interesses, incluindo a modificação, mediante Deliberação Extraordinária, dos Títulos Subordinados da referida Série (inclusive destes Termos e Condições, na medida em que se aplicarem a tais Títulos Subordinados). Tal assembleia poderá ser convocada pelo Emissor ou pelo *Trustee*, e o *Trustee* (desde que indenizado, de forma satisfatória para ele, contra todos os custos e despesas ocasionados por tal fato) deverá convocar tal assembleia mediante solicitação por escrito de Detentores de Títulos que detenham pelo menos 20% do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série pertinente em aberto no momento. O quorum de instalação de qualquer assembleia para discussão de uma Deliberação Extraordinária será de duas ou mais pessoas que detenham ou representem, no total, mais de 50% do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série pertinente em aberto no momento ou, em caso de adiamento da assembleia, de duas ou mais pessoas que detenham ou representem Detentores de Títulos Subordinados da Série pertinente, independentemente do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série pertinente detidos ou representados, salvo se a pauta da assembleia incluir a discussão, entre outras, de propostas para: (i) alterar as datas de vencimento ou resgate dos Títulos Subordinados de qualquer Série ou qualquer data de pagamento dos respectivos juros; (ii) reduzir ou cancelar o valor nominal, o Valor de Resgate Final, o Valor de Resgate Opcional, o Valor de Resgate Antecipado ou o Valor da Parcela (se houver) dos Títulos Subordinados de qualquer Série; (iii) reduzir a(s) taxa(s) de juros referentes aos Títulos Subordinados de qualquer Série ou modificar o método ou a base de cálculo da(s) taxa(s) ou do valor dos juros; (iv) caso as Condições Finais pertinentes de qualquer Série especifiquem uma Taxa de Juros Mínima ou Taxa de Juros Máxima, reduzir a referida Taxa de Juros Mínima ou Taxa de Juros Máxima; (v) alterar a(s) moeda(s) de pagamento dos Títulos Subordinados de qualquer Série; ou (vi) modificar as disposições referentes ao quorum obrigatório das assembleias de Detentores de Títulos de qualquer Série ou à maioria necessária para aprovar uma Deliberação Extraordinária, sendo que, nessa hipótese, o quorum obrigatório será de duas ou mais pessoas que detenham ou representem pelo menos 75% ou, em caso de adiamento da assembleia, pelo menos 25% do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série pertinente em aberto no momento. **“Deliberação Extraordinária”**, conforme definido na Escritura de *Trust*, significará uma deliberação aprovada em uma assembleia de Detentores de Títulos devidamente convocada e instalada, de acordo com o disposto na Escritura de *Trust*, por uma maioria de no mínimo 75% dos votos proferidos. A deliberação por escrito de Detentores de no mínimo 75% do valor nominal dos Títulos Subordinados da Série pertinente em aberto no momento valerá como Deliberação Extraordinária para todos os fins. A Deliberação Extraordinária devidamente aprovada será vinculativa para todos os Detentores de Títulos Subordinados da Série pertinente (quer tenham estado ou não presentes ou representados na assembleia na qual for aprovada tal deliberação).

(b) *Modificação, Renúncia e Determinação*: O *Trustee* e o Emissor poderão, independentemente de consentimento dos Detentores de Títulos, convencionar qualquer modificação de qualquer das disposições da Escritura de *Trust*, das Condições Finais de qualquer Série de Títulos Subordinados e dos Títulos Subordinados de qualquer Série: (i)

de natureza formal, menor ou técnica ou para correção de erro manifesto; (ii) para sanar qualquer ambiguidade ou inconsistência; (iii) para acrescentar compromissos adicionais do Emissor em benefício dos Detentores de Títulos ou renunciar a quaisquer direitos ou poderes conferidos ao Emissor; (iv) para dispor sobre assunção por uma Sociedade Sucessora nos termos da Condição 18; e (v) para introduzir qualquer modificação que não afete substancialmente os direitos dos Detentores de Títulos previstos nos Títulos Subordinados ou na Escritura de *Trust*. Para fins do disposto anteriormente, o *Trustee* terá direito de solicitar e respaldar-se em todos os Pareceres de Advogados e assessoramentos que julgar necessários, não sendo responsável perante nenhuma pessoa pelas perdas eventualmente ocasionadas por tal atuação. O *Trustee* deverá: (x) consentir com qualquer renúncia ou autorização para qualquer violação ou proposta de violação de qualquer das disposições da Escritura de *Trust*, das Condições Finais e dos Títulos Subordinados referentes, em cada caso, a qualquer Série de Títulos Subordinados; (y) determinar que um Evento de Inadimplemento ou Evento de Inadimplemento Potencial referente a qualquer Série de Títulos Subordinados não seja tratado como tal se, em cada caso, for instruído por escrito por Detentores de Títulos de pelo menos 25% do valor nominal dos Títulos Subordinados em aberto no momento da referida Série. Tal modificação, autorização ou renúncia será vinculativa para os Detentores de Títulos, e, caso exigido pelo *Trustee*, tal modificação deverá, assim que possível, ser notificada aos Detentores de Títulos de acordo com a Condição 19(a).

(c) *Modificação pelo Emissor*: Com relação a uma série de Títulos Subordinados, o Emissor poderá (uma vez por Série), e o *Trustee* deverá, caso solicitado pelo Emissor, atuando em conformidade com as demais disposições desta Condição 11(c), independentemente de consentimento dos Detentores de Títulos, modificar os termos e condições de tais Títulos Subordinados exclusivamente para dar cumprimento às exigências do Banco Central a fim de qualificar tais Títulos Subordinados como Capital Tier 2 nos termos da Resolução 3.444. O Emissor não poderá introduzir quaisquer modificações sem o consentimento dos Detentores de Títulos se tais modificações afetarem de qualquer forma a taxa de juros de tais Títulos Subordinados, a natureza cumulativa de quaisquer pagamentos de juros devidos sobre valores em mora, o valor de principal em aberto de tais Títulos Subordinados, a classificação de tais Títulos Subordinados ou a data de vencimento original de tais Títulos Subordinados. O *Trustee* deverá consentir com qualquer modificação dos termos e condições de quaisquer Títulos Subordinados que, conforme certificado por escrito por dois diretores ou procuradores autorizados do emissor para o *Trustee*, seja permitida de acordo com o disposto nesta Condição 11(c), *ressalvado* que o *Trustee* não será obrigado a aceitar ou assinar qualquer modificação de qualquer Título Subordinado que tenha o efeito de: (i) alterar, aumentar ou acrescentar obrigações ou deveres do *Trustee*; ou (ii) remover ou alterar qualquer proteção ou indenização conferida ao ou qualquer outra disposição em favor do *Trustee* segundo a Escritura de *Trust* ou os termos e condições dos Títulos Subordinados. O *Trustee* poderá respaldar-se de forma absoluta em tal certificado, não será obrigado a fazer quaisquer consultas adicionais e não terá qualquer responsabilidade perante qualquer Detentor de Título por atuar dessa forma.

(d) *Substituição*: O Emissor poderá, com relação a qualquer Série de Títulos Subordinados que emitir (“**Títulos Pertinentes**”), independentemente de consentimento de qualquer Detentor, ser substituído por qualquer outra pessoa jurídica, constituída em qualquer país do mundo, na qualidade de devedor nos Títulos Subordinados e na Escritura de *Trust* (“**Devedor Substituído**”), mediante a entrega de notificação pelo Emissor e pelo Devedor Substituído de acordo com a Condição 19(a), *desde que*:

(i) o Emissor não esteja inadimplente com relação a qualquer valor devido em função de qualquer dos Títulos Pertinentes;

(ii) o Emissor e o Devedor Substituído tenham assinado todos os documentos (“**Documentos**”) necessários para dar efeito à substituição, nos quais o Devedor Substituído tenha se comprometido, em favor de cada um dos Detentores dos Títulos Pertinentes, a se vincular a estes Termos e Condições e às disposições da Escritura de *Trust* e do Contrato de Agenciamento, na qualidade de devedor dos referidos Títulos Pertinentes, como substituto ao Emissor (ou de qualquer substituto anterior nos termos desta Condição 11(d);

(iii) caso o Devedor Substituído seja residente, para fins tributários, em outro país (“**Nova Residência**”) que não o Brasil, os Documentos contenham um compromisso ou outras disposições eventualmente necessárias para assegurar que cada um dos Detentores dos Títulos Pertinentes tenha o benefício de um compromisso em termos correspondentes ao disposto na Condição 8, substituindo-se, conforme o caso, substituição das referências ao Brasil por referências à Nova Residência;

(iv) salvo se o Devedor Substituído for sucessor do Emissor: (A) o Emissor garanta as obrigações do Devedor Substituído com relação aos Títulos Pertinentes em aberto; ou (B) o Emissor permaneça como co-obrigado dos Títulos Pertinentes;

(v) o Devedor Substituído e o Emissor obtenham todas as aprovações e consentimentos governamentais relevantes exigidos pela lei aplicável para tal substituição e para cumprimento, pelo Devedor Substituído, de suas obrigações previstas nos Documentos e para cumprimento, pelo Emissor, de suas obrigações previstas na garantia ou co-obrigação supramencionada (se houver), na medida em que se referirem às obrigações do Devedor Substituído previstas nos Documentos;

(vi) cada autoridade de listagem ou Bolsa pertinente tenha confirmado que, após a substituição proposta pelo Devedor Substituído, os Títulos Pertinentes continuarão a ser admitidos para listagem e/ou negociação pela autoridade de listagem ou Bolsa pertinente; e

(vii) se for o caso, o Devedor Substituído tenha nomeado um agente de citação como seu agente na Inglaterra para receber citações em seu nome com relação a quaisquer processos judiciais decorrentes ou relacionados aos Títulos Pertinentes.

Após tal substituição, o Devedor Substituído sucederá, substituirá e poderá exercer todos os direitos e poderes do Emissor previstos nos Títulos Pertinentes e na Escritura de *Trust*, como se o Devedor Substituído houvesse sido nomeado como Emissor em tais instrumentos, e o Emissor ficará liberado de suas obrigações previstas nos Títulos Pertinentes e na Escritura de *Trust*, salvo se o Emissor permanecer como co-obrigado dos Títulos Pertinentes nos termos do parágrafo (d)(iv)(B) desta Condição 11.

Após a substituição nos termos desta Condição 11(d), o Devedor Substituído poderá, independentemente de consentimento de qualquer dos Detentores, efetuar nova substituição. Aplicar-se-ão a tal nova substituição todas as disposições especificadas supra. Após uma substituição conforme disposto supra, qualquer Devedor Substituído poderá, independentemente de consentimento de qualquer dos Detentores, reverter a substituição.

(e) *Direitos do Trustee*: No exercício de suas funções (incluindo, sem limitação, aquelas referidas nesta Condição 11), o *Trustee* deverá considerar os interesses dos Detentores de Títulos como classe, sem considerar as consequências de tal exercício para Detentores de Títulos individuais ou para os Detentores de Títulos com relação a Títulos Subordinados de qualquer Tranche ou Série em particular, e o *Trustee* não poderá exigir, e nenhum Detentor de Título poderá reivindicar, do Emissor qualquer espécie de indenização ou pagamento, inclusive com relação às eventuais consequências tributárias de tal exercício sobre Detentores de Títulos individuais.

12. Execução

A qualquer momento após o vencimento dos Títulos Subordinados de qualquer Série, o *Trustee* deverá, caso instruído por escrito por Detentores de pelo menos um terço do valor nominal dos Títulos Subordinados da respectiva Série em aberto no momento ou orientado mediante Deliberação Extraordinária de Detentores de Títulos da respectiva Série, mediante os termos e condições (se houver) especificados em tais instruções ou orientação, instaurar Processos contra o Emissor para fazer cumprir os termos da Escritura de *Trust*, dos Títulos Subordinados e dos Cupons, desde que o *Trustee* seja indenizado de forma satisfatória para ele. Nenhum Detentor de Título poderá entrar em juízo diretamente contra o Emissor, salvo se o *Trustee*, estando obrigado a fazê-lo, deixar de fazê-lo dentro de um prazo razoável e tal omissão perdurar.

13. Indenização do Trustee e Alterações à Resolução 3.444

(a) Indenização do Trustee

A Escritura de *Trust* contém disposições para a indenização do *Trustee* para sua liberação de responsabilidade e para a limitação de seus deveres e poderes em seus termos. O *Trustee* e sua controladora, subsidiárias e afiliadas têm o direito de celebrar operações comerciais com o Emissor e qualquer entidade relacionada ao Emissor sem contabilizar nenhum lucro.

(b) Alterações à Resolução 3.444

O Emissor deverá notificar o *Trustee* imediatamente por escrito se o Conselho Monetário Nacional do Brasil ou o Banco Central (i) efetuar e publicar no Diário Oficial qualquer alteração à Resolução 3.444; ou (ii) publicar qualquer

notificação no website do Banco Central contendo uma alteração proposta à Resolução 3.444. Mediante o recebimento de notificação por escrito do Emissor de uma alteração proposta ou uma alteração real à Resolução 3.444 de acordo com o mencionado acima, o Trustee e qualquer Agente de Pagamento não serão obrigados a praticar nenhum ato ou se abster de praticar qualquer ato que possa fazer com que ele incorra, exclusivamente a seu critério, em qualquer perda, responsabilidade, dano ou despesa, *ficando ressalvado* que em nenhuma circunstância esta disposição afetará a obrigação de um Agente de Pagamento de efetuar pagamentos a Detentores do Título de juros ou principal que forem devidos e pagáveis, se esses pagamentos tiverem sido feitos pelo Emissor para um Agente de Pagamento. Na medida em que o consentimento ou a autorização do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira for exigido para o cumprimento do Emissor, do Trustee ou de um Agente nos termos dos Títulos Subordinados, da Escritura de Trust ou do Contrato de Agenciamento, o Trustee e qualquer Agente não terão nenhum dever ou obrigação de determinar se essa aprovação, consentimento ou autorização é exigido ou terá qualquer dever ou obrigação de obter esse consentimento. O Emissor deverá notificar o Trustee e os Agentes, conforme for aplicável, por escrito, se a aprovação, consentimento ou autorização do Banco Central ou de outra Autoridade Governamental Brasileira, conforme for aplicável, for exigido para o cumprimento pelo Emissor ou pelo Trustee nos termos dos Títulos Subordinados, da Escritura de Trust ou do Contrato de Agenciamento e quer esse consentimento tenha ou não sido obtido pelo Emissor.

14. Substituição de Título Definitivos

Se qualquer Título Definitivo for perdido, roubado, rasurado, deteriorado ou destruído, ele poderá ser substituído no escritório especificado do Agente de Transferência (nessa capacidade, o “**Agente de Substituição**”) observando-se todas as leis aplicáveis e exigências de bolsa de valores, mediante o pagamento pelo reivindicante dos impostos e despesas incorridos a respeito dessa substituição e de acordo com os termos quanto à comprovação, garantia, indenização e de outro modo que o Emissor ou o Agente de Substituição vier a exigir (*desde* que a exigência, no caso do Emissor apenas, seja razoável considerando a prática de mercado vigente). Qualquer Título Definitivo substituído deverá conter uma anotação declarando o número de série do Título Definitivo que ele substituir ou for considerado substituído e, no caso de um Título Parcelado, um registro do valor e da data de cada pagamento feito antes da data da substituição a respeito do Título Parcelado a ser substituído (conforme comprovado pelas anotações no esquema de pagamentos endossado no Título Parcelado a ser substituído ou, se esse Título Parcelado tiver sido perdido, roubado ou destruído, os registros de pagamento do Agente de Registro serão anotados pelo Agente de Registro que emitir esse Título Parcelado substituído no esquema de pagamentos endossado nele, ou em nome desse Agente. Os Títulos Definitivos rasurados ou deteriorados deverão ser devolvidos antes de os substitutos serem emitidos.

15. Questões Adicionais

O Emissor poderá, periodicamente, sem o consentimento dos Detentores do Título, criar e emitir outros títulos tendo os mesmos termos e condições que os Títulos Subordinados de qualquer Série em todos os aspectos (ou em todos os aspectos, exceto a Data de Emissão, a data na qual os juros começarão a ser acumulados e questões relacionadas) de forma que essa questão adicional seja consolidada e forme uma única série com os títulos em circulação de qualquer série (inclusive os Títulos Subordinados de qualquer Série). As referências nestes Termos e Condições aos Títulos Subordinados de qualquer Série incluem (a menos que o contexto exija de outro modo) quaisquer outros títulos emitidos de acordo com esta Condição 15 e formando uma única série com os Títulos Subordinados dessa Série. Quaisquer outros títulos que formarem uma única série com os títulos em circulação de qualquer série (inclusive os Títulos Subordinados de qualquer Série) deverão ser constituídos nos termos da Escritura de Trust. A Escritura de Trust contém disposições para a convocação de uma única reunião dos Detentores do Título de uma Série e os Detentores de títulos de outras séries (inclusive os Títulos Subordinados de qualquer outra Série) quando o Trustee decidir dessa forma.

16. Agentes

Ao atuar de acordo com o Contrato de Agenciamento, os Agentes atuarão exclusivamente na qualidade de agentes do Emissor e não assumem nenhuma obrigação, responsabilidade ou relacionamento de agenciamento ou trust para ou com qualquer Detentor.

17. Termos de Subordinação

(a) Forma, Subscrição em Dinheiro e Vencimento

(i) *Forma*: Os Títulos Subordinados serão emitidos como títulos nominativos.

(ii) *Subscrição e pagamento em dinheiro*: Os Títulos Subordinados poderão ser emitidos em uma ou mais Séries ou Tranches, cuja contraprestação deverá ser paga ao Emissor em dinheiro na data de sua emissão.

(iii) *Vencimento*: Os Títulos Subordinados não deverão, sem a aprovação prévia do Banco Central, ter uma data de vencimento, ser resgatados ou amortizados antes de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão.

(b) Situação; Disposições de Subordinação

(i) *Situação*: Os Títulos Subordinados constituem obrigações não garantidas e subordinadas do Emissor.

(ii) *Subordinação*: Os Títulos Subordinados são subordinados em direito de pagamento a todas as Obrigações Sênior existentes e futuras do Emissor de acordo com esta Condição 17(b).

Observando-se as leis aplicáveis, (A) os direitos e reivindicações de Detentores do Título são e serão subordinados e, de forma correspondente, sujeitos, em direito de pagamento, ao pagamento integral anterior de todo principal, ágio, se houver, juros e quaisquer outros valores devidos ou a se tornarem devidos a respeito de todas as Obrigações Sênior mediante o encerramento, falência, liquidação, moratória de pagamentos, insolvência ou processos similares do Emissor (individualmente, “**Evento de Falência**”), e (B)(i) os Títulos Subordinados deverão se classificar *pari passu* a respeito de cada outro sem qualquer preferência entre eles mesmos, (ii) os direitos e reivindicações de Detentores do Título nos Títulos Subordinados deverão se classificar *pari passu* com os direitos e reivindicações de detentores dos Passivos de Paridade e (iii) na medida em que for autorizado pelas leis aplicáveis, os Títulos Subordinados deverão se classificar de forma privilegiada às Obrigações de Segundo Grau do Emissor; *ficando ressalvado* que a fusão do Emissor ou a incorporação do Emissor por qualquer outra sociedade ou a liquidação ou dissolução do Emissor após a transmissão ou transferência (inclusive a respeito de uma cisão) de seus bens, ativos e passivos substancialmente como uma totalidade para outra sociedade de acordo com a Condição 18 não deverá ser considerado um Evento de Falência para os fins desta Condição 17, se o Banco Central tiver aprovado essa fusão, incorporação, transferência ou transmissão. Posteriormente, o Emissor deverá ser automaticamente liberado e desobrigado de todas as obrigações e avenças previstas na Escritura de Trust e nos Títulos Subordinados, e os Títulos Subordinados deverão continuar a estar em circulação e serão tratados como dívida subordinada dessa Sociedade Sucessora de acordo com os termos da Resolução 3.444.

(c) Diferimento de Juros e Principal

(i) Qualquer pagamento (de principal, juros ou qualquer outro valor) sobre os Títulos Subordinados em qualquer Data de Pagamento de Juros, na Data de Vencimento ou em qualquer outra data, conforme for aplicável, não será devido nesse momento e o Emissor deverá diferir esse pagamento de juros ou principal ou qualquer outro valor relacionado integralmente, se o Emissor determinar que ele não está, ou se esse pagamento resultar no fato de ele não estar, em conformidade com as exigências de adequação de capital ou limites operacionais aplicáveis na época, conforme estabelecido na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099 ou seus índices financeiros caírem abaixo dos níveis mínimos exigidos pelos regulamentos aplicáveis ao Emissor, existentes na data do Núcleo de Subordinação, conforme especificado nos Termos Finais pertinentes ou promulgados ou emitidos subsequentemente pelas autoridades bancárias ou monetárias brasileiras ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente (“**Exigências de Capital Baseadas em Risco**”).

(ii) Mediante a ocorrência do item (i) acima, o Emissor deverá diferir os pagamentos de juros ou principal ou qualquer outro valor integralmente até a data no máximo no número de dias especificados nos Termos Finais pertinentes após a data em que ele não estiver mais violando as Exigências de Capital Baseadas em Risco e o pagamento desses juros ou do valor do principal ou outro valor, ou qualquer parte deles, não fizer mais com que o Emissor viole as Exigências de Capital Baseadas em Risco.

(iii) O diferimento de qualquer pagamento de acordo com esta Condição 17(c) não constituirá um Evento de Inadimplemento a respeito dos Títulos Subordinados.

(iv) Os valores de juros diferidos serão determinados em cada Data de Pagamento de Juros somente para o fim de calcular os juros acumulados posteriormente sobre os valores por período vencido. Esses valores

por período vencido incorrerão em juros à Taxa de Juros para esses Títulos Subordinados mais a Taxa de Mora especificada nos Termos Finais pertinentes. O Emissor deverá envidar esforços razoáveis para entregar uma notificação prévia de no máximo o número de Dias Úteis Pertinentes especificados nos Termos Finais pertinentes e no mínimo uma notificação prévia com o número mínimo de Dias Úteis Pertinentes especificado nos Termos Finais pertinentes aos Detentores do Título sobre qualquer pagamento de juros ou principal que será diferido e de qualquer data na qual qualquer valor por período vencido ou quaisquer juros adicionais sobre esse valor forem pagáveis. Se valores por período vencido forem, a qualquer momento, pagáveis apenas parcialmente:

(A) todos os valores por período vencido serão pagáveis antes de juros adicionais sobre esses valores;

(B) todos os valores por período vencido serão pagáveis na ordem dos Períodos de Juros a respeito dos quais eles foram acumulados, e o pagamento de juros adicionais sobre esses valores seguirá a mesma ordem; e

(C) todos os valores por período vencido ou juros adicionais sobre esses valores, conforme for o caso, para qualquer Período de Juros serão pagos proporcionalmente aos Detentores do Título.

(d) Resgate, Recompra e Garantia ou Seguro

(i) *Recompras*: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central (de acordo com o art. 9, VI e §3, da Resolução 3.444) ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente, se exigido na época, o Emissor ou qualquer Afiliada poderá, a qualquer momento, recomprar alguns ou toda uma Série de Títulos Subordinados no mercado aberto ou de outro modo de qualquer forma e a qualquer preço, *desde* que o Emissor esteja em conformidade com as Exigências de Capital Baseadas em Risco e que essa recompra não faça com que o Emissor deixe de estar em conformidade com essas Exigências de Capital Baseadas em Risco. Os Títulos Subordinados dessa forma recomprados, enquanto mantidos pelo Emissor ou em nome do Emissor ou qualquer uma de suas Afiliadas, não deverão conferir ao Detentor do Título o direito a voto em quaisquer assembleias de Detentores do Título e não deverão ser considerados como estando em circulação para os fins de calcular quóruns em reuniões dos Detentores do Título ou para os fins da Condição 9, 11 ou 12. Os Títulos Subordinados dessa forma comprados ou adquiridos pelo Emissor ou por qualquer Afiliada no curso normal de seus negócios na qualidade de distribuidor de títulos poderão ser reemitidos ou revendidos e os Títulos Subordinados dessa forma reemitidos ou revendidos deverão, para todos os fins, ser considerados de forma a fazer parte da Série original de Títulos Subordinados na qual eles foram emitidos.

(ii) *Resgate Opcional por Motivos Fiscais*: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente para esse resgate (se essa aprovação for exigida na época), o Emissor poderá resgatar ou providenciar a compra de qualquer Série de Títulos Subordinados, a seu critério, total, não parcialmente, a qualquer momento, mediante a entrega de uma notificação prévia de no mínimo 30 dias e no máximo 45 dias para os Detentores do Título de acordo com a Condição 19(a) (notificação essa que deverá ser irrevogável), ao seu Valor de Resgate Antecipado ou, se nenhum for especificado dessa forma, ao valor nominal especificado nos Termos Finais pertinentes (em cada caso juntamente com os juros incorridos até, mas excluindo, a data determinada para resgate) se (i) houver mais de um risco não substancial de que o Emissor tem que pagar ou se tornará obrigado a pagar valores adicionais (esses valores adicionais a serem determinados de acordo com a Condição 8) acima dos valores adicionais que seriam pagáveis a respeito de deduções ou retenções feitas na data do Nível de Retenção Original, se houver, especificado nos Termos Finais pertinentes como resultado de qualquer alteração ou modificação nas leis ou regulamentos do Brasil ou das Ilhas Cayman, ou qualquer subdivisão política ou autoridade no ou do Brasil ou das Ilhas Cayman que tenha o poder de tributar, ou qualquer alteração na aplicação ou interpretação oficial dessas leis ou regulamentos (inclusive uma determinação por um juízo competente), e essa alteração ou modificação for adotada ou promulgada ou se tornar válida a partir da Data de Emissão a respeito da Série pertinente, e (ii) essa obrigação não puder ser evitada pelo Emissor por meio da tomada de medidas executivas disponíveis a ele, *ficando ressalvado* que nenhuma referida notificação de resgate, ou compra em lugar de resgate, deverá ser entregue antes de 90 dias (ou outro período especificado nos Termos Finais pertinentes) antes da primeira data na qual o Emissor seria obrigado a

pagar esses valores adicionais, fosse um pagamento a respeito desses Títulos Subordinados devidos na época (ou no caso de Títulos Subordinados que incorrerem em juros à Taxa Flutuante, um número de dias que for igual ao número de dias total que ocorrer no Período de Juros aplicável vigente, para os Títulos Subordinados mais 75 dias). Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou compra em lugar de resgate de acordo com esta Condição 17(d)(ii), sujeito ao especificado de outro modo nos Termos Finais pertinentes, o Emissor deverá entregar ao Trustee um certificado assinado por dois diretores autorizados ou advogados do Emissor declarando que a obrigação prevista no item (i) acima não poderá ser evitada pelo fato de o Emissor tomar medidas executivas disponíveis para ele e o Trustee deverá aceitar esse certificado como prova suficiente do cumprimento da condição suspensiva prevista no item (ii) acima, que deverá ser conclusiva e vinculativa para os Detentores do Título.

(iii) *Resgate Opcional devido a um Evento Regulatório*: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente para esse resgate (se essa aprovação for exigida na época), o Emissor poderá resgatar ou providenciar a compra de qualquer Série de Títulos Subordinados, total, não parcialmente, a qualquer momento, mediante a entrega de uma notificação prévia de no mínimo 30 e no máximo 60 dias para os Detentores do Título de acordo com a Condição 19(a) (notificação essa que deverá ser irrevogável), ao seu Valor de Resgate Antecipado (juntamente com os juros incorridos até, mas excluindo, a data determinada para resgate) se o Emissor certificar para o Trustee imediatamente antes da entrega dessa notificação que um Evento Regulatório ocorreu, *ficando ressalvado, entretanto*, que nenhuma referida notificação de resgate ou compra em lugar de resgate deverá ser entregue antes de 90 dias (ou outro período que for especificado nos Termos Finais pertinentes) antes da primeira data na qual o Evento Regulatório entrar em vigor ou for razoavelmente esperado que entre em vigor. Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou compra em lugar de resgate de acordo com esta Condição 17(d)(iii), o Emissor deverá entregar para o Trustee um certificado assinado por dois diretores autorizados ou advogados do Emissor declarando que o Emissor tem o direito de efetuar esse resgate ou de providenciar essa compra em lugar de resgate de acordo com esta Condição 17(d)(iii), e contendo em detalhes razoáveis uma declaração dos fatos que derem origem a esse direito de resgate. Simultaneamente, o Emissor deverá entregar ao Trustee um Parecer de Advogado por escrito declarando, entre outras coisas, que um Evento Regulatório ocorreu e que todas as aprovações governamentais necessárias para o Emissor efetuar esse resgate ou compra em lugar de resgate foram obtidas e estão em pleno vigor e efeito ou especificando quaisquer referidas aprovações necessárias que, na data desse parecer, não tiverem sido obtidas.

(iv) *Resgate de Títulos Subordinados à Opção do Emissor (Opção de Compra)*: Se previsto dessa forma nos Termos Finais pertinentes, o Emissor poderá, após o quinto aniversário desses Títulos Subordinados e observando-se a aprovação prévia do Banco Central, mediante a entrega ao Detentor desse Título Subordinado de uma notificação irrevogável de acordo com a Condição 19(a) de no mínimo 30 e no máximo 45 dias (ou outro período de notificação especificado nos Termos Finais pertinentes) resgatar ou providenciar a compra de todos ou, se dessa forma especificado nos Termos Finais pertinentes, de alguma Série de Títulos Subordinados da qual esse Título Subordinado fizer parte, na(s) Data(s) de Resgate Opcional especificada(s) nos Termos Finais pertinentes (que deverá, no caso de Títulos Subordinados que, na época de resgate ou compra, tiverem uma base de juros que for especificada nos Termos Finais pertinentes como Taxa Flutuante, ser uma Data de Pagamento de Juros Especificada) ao valor especificado nos Termos Finais pertinentes como o Valor de Resgate Opcional menos, no caso de qualquer Título Parcelado, o valor total de parcelas que se tornarem devidas e pagáveis de acordo com qualquer Condição (valor esse, na medida em que não tiver sido pago na época, que permanecer devido e pagável) juntamente com os juros incorridos até, mas excluindo, a data determinada para resgate ou compra. Todos os Títulos Subordinados a respeito dos quais qualquer referida notificação for entregue deverão ser resgatados ou comprados na(s) Data(s) de Resgate Opcional especificada(s) nessa notificação de acordo com esta Condição 17(d)(iv). Se apenas alguns dos Títulos Subordinados de uma Série forem resgatados ou comprados a qualquer momento, os Títulos Subordinados a serem resgatados ou comprados deverão ser resgatados ou comprados proporcionalmente ao seu valor de principal, *ficando ressalvado* sempre que o valor resgatado ou comprado a respeito de cada Título Subordinado deverá ser igual à Denominação Específica, e em cada caso, sujeito à conformidade com as normas aplicáveis de cada sistema de compensação, autoridade de listagem e Bolsa e a notificação aos Detentores do Título prevista neste instrumento deverá especificar os números de série e valores nominais dos Títulos Subordinados a serem dessa forma resgatados ou comprados.

No caso do resgate ou da compra de parte apenas de um Título Subordinado, um novo Título Subordinado a respeito do saldo remanescente deverá ser emitido de acordo com a Condição 3.

(v) *Inexistência de Resgate a Critério dos Detentores do Título*: Os Títulos Subordinados não poderão ser resgatados a critério dos Detentores do Título.

(vi) *Inexistência de Garantia ou Seguro*: Os Títulos Subordinados são obrigações não seguradas e subordinadas do Emissor e não se beneficiam de nenhuma garantia ou seguro emitido de acordo com qualquer apólice de seguro ou estrutura similar que aceite a subordinação dos Títulos Subordinados e/ou exija ou permita pagamentos ou transferências de fundos aos Detentores do Título, direta ou indiretamente, pelo Emissor ou por qualquer Afilhada.

(vii) *Conflito de Disposições e Alterações*

(A) *Conflitos*: No caso de conflito entre as disposições desta Condição 17 e qualquer outra disposição prevista em qualquer Documento da Operação a respeito de qualquer Série de Títulos Subordinados, as disposições desta Condição 17, e suas alterações posteriores pelo Núcleo de Subordinação, deverão prevalecer, de acordo com o art. 7, II, da Resolução 3.444 e qualquer referida disposição em conflito deverá ser nula e inválida.

(B) *Alterações*: De acordo com o art. 7, III e parágrafo dois da Resolução 3.444, a assinatura de qualquer alteração, modificação ou revogação de qualquer disposição desta Condição 17 está sujeita ao consentimento prévio do Banco Central, se exigido de acordo com os regulamentos aplicáveis em vigor na época.

18. Fusão, Incorporação ou Vendas de Ativos

O Emissor poderá, sem o consentimento dos Detentores de qualquer Série de Títulos Subordinados, participar de uma fusão ou incorporação com outra sociedade ou transmitir ou transferir (inclusive em relação a uma cisão), em uma operação ou uma série de operações, todos ou substancialmente todos os seus bens ou ativos para qualquer outra pessoa, *ficando ressalvado* que:

(a) a sociedade constituída por essa fusão ou pela qual o Emissor for incorporado ou a pessoa que adquirir por transmissão ou transferência (inclusive a respeito de uma cisão) todos ou substancialmente todos os bens e ativos do Emissor (“**Sociedade Sucessora**”) deverá ser obrigada a assumir o pagamento devido e pontual do principal e dos juros sobre todos os Títulos Subordinados e todas as outras obrigações do Emissor previstas na Escritura de Trust, no Contrato de Agenciamento e nos Títulos Subordinados;

(b) imediatamente após a entrada em vigor dessa operação, nenhum Evento de Inadimplemento a respeito de qualquer Título Subordinado deverá ter ocorrido e estar em andamento; e

(c) após qualquer anúncio público de, porém, em qualquer caso antes da conclusão de qualquer referida fusão, incorporação, transmissão ou transferência, o Emissor deverá ter entregado ao Trustee (i) um certificado assinado por dois diretores autorizados do Emissor declarando que essa fusão, incorporação, transmissão ou transferência cumpre essa Condição 18 e que todas as condições suspensivas previstas neste instrumento em relação a essa operação (exceto a condição suspensiva prevista no (b) acima) foram cumpridas e (ii) um parecer de advogado independente de reputação reconhecida para o efeito que a Sociedade Sucessora tenha assumido validamente as obrigações a serem assumidas por ela de acordo com o item (a) acima e que a Escritura de Trust, o Contrato de Agenciamento e os Títulos Subordinados constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Sociedade Sucessora, exequíveis de acordo com seus termos, observando-se as leis de falência, insolvência, recuperação ou outras leis de aplicabilidade geral em relação ou que afete a execução dos direitos de credores e os princípios gerais de equidade; *ficando ressalvado* que na entrega desse Parecer de Advogado, poderá se basear em um certificado assinado por um diretor autorizado do Emissor.

Nenhuma Sociedade Sucessora deverá ter o direito de resgatar os Títulos Subordinados, a menos que o Emissor tenha tido o direito de resgatar os Títulos Subordinados em circunstâncias similares.

Mediante a fusão, incorporação, transmissão ou transferência (inclusive a respeito de uma cisão) de acordo com esta Condição 18, a Sociedade Sucessora deverá suceder, e ser substituída, e poderá exercer todo direito e poder do Emissor

nos termos dos Títulos Subordinados com o mesmo efeito como se a Sociedade Sucessora tivesse sido nomeada como a emissora dos Títulos Subordinados previstos neste instrumento e o Emissor deverá ser automaticamente liberado e desobrigado de todas as obrigações e avenças previstas na Escritura de Trust, no Contrato de Agenciamento e nos Títulos Subordinados.

19. Notificações e Fornecimento de Informações

(a) *Notificações.* As notificações aos Detentores de Títulos Subordinados deverão ser enviadas a eles em seus respectivos endereços constantes no Livro de Registro (ou no caso de Detentores conjuntos, ao endereço do primeiro nomeado no Livro de Registro) e deverão ser publicadas (desde que os Títulos Subordinados estejam listados na Bolsa de Valores de Luxemburgo) no website da Bolsa de Valores de Luxemburgo designado para esses fins de acordo com as normas da Bolsa de Valores de Luxemburgo ou em um jornal líder que tenha circulação geral em Luxemburgo (que se espera que seja o *Luxemburgo Wort*). Qualquer referida notificação deverá ser considerada como tendo sido entregue no último a ocorrer entre a data dessa publicação e o quarto dia de semana (sendo um dia que não seja um sábado ou domingo) após a data de envio.

(b) *Fornecimento de Informações.* Enquanto qualquer um de seus Títulos Subordinados permanecer em circulação e for considerado “título restrito” dentro do significado da Norma 144(a)(3) nos termos do Securities Act, o Emissor garante que ele, durante qualquer período no qual ele não estiver sujeito ao Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 norte-americano, e suas alterações posteriores (“**Exchange Act**”), nem isento de apresentação de relatórios de acordo com a Norma 12g3-2(b) nos termos do Exchange Act, fornecer, mediante solicitação, a qualquer Detentor desses títulos restritos, ou a qualquer respectivo comprador em potencial, as informações que forem exigidas a serem fornecidas de acordo com a Norma 144A(d)(4) nos termos do Securities Act para permitir a conformidade com a Norma 144A a respeito da revenda desses títulos restritos.

20. Anulação de Avença

(a) O Emissor poderá, a seu critério, a qualquer momento, decidir que sejam encerradas as obrigações do Emissor a respeito dos Títulos Subordinados em circulação de uma Série, conforme previsto nesta Condição 20 e decidir que a Condição 20(b) seja aplicada a todos os Títulos Subordinados em circulação dessa Série (“**Títulos Anulados**”), mediante a conformidade com as condições previstas abaixo na Condição 20(c). A Condição 20(b) poderá ser aplicada aos Títulos Anulados até a Data de Vencimento ou a Data de Resgate Opcional pertinente.

(b) Mediante o exercício pelo Emissor da opção nos termos da Condição 20(a), as disposições da Condição 18 não serão aplicáveis a respeito dos Títulos Anulados a partir da data em que as condições previstas abaixo forem cumpridas (doravante denominada “**Anulação de Avença**”), e os Títulos Subordinados deverão, posteriormente, ser considerados como se não estivessem em circulação para os fins de qualquer instrução, renúncia, consentimento ou declaração ou ato de Detentores do Título (e as consequências de qualquer um deles) a respeito dessas avenças ou disposições, porém, deverão continuar a ser considerados em circulação para todos os outros fins previstos neste instrumento. Para esse fim, essa Anulação de Avença significa que, a respeito dos Títulos Anulados, o Emissor poderá se abster de cumprir e não terá nenhuma responsabilidade a respeito de qualquer termo, condição ou limitação previsto em qualquer referida avença ou disposição, quer seja direta ou indiretamente, em virtude de qualquer referência em qualquer parte deste instrumento a qualquer referida avença ou disposição ou em virtude de qualquer referência em qualquer referida avença ou disposição a qualquer outra disposição deste instrumento ou de qualquer outro documento e essa omissão em cumprir não deverá constituir um Evento de Inadimplemento Potencial ou um Evento de Inadimplemento, porém, exceto conforme especificado acima, o restante destes Termos e Condições e a Escritura de Trust não serão afetados por isso.

(c) As seguintes deverão ser as condições para a aplicação da Condição 20(b) aos Títulos Subordinados em circulação:

(i) O Emissor deverá ter depositado irrevogavelmente ou providenciado para que fosse depositado no Trustee, em custódia, valor monetário ou Obrigações Governamentais, ou uma combinação deles, nos valores que forem suficientes (sem reinvestimento), para pagar e liquidar o principal, e o ágio, se houver, e os juros, se houver, a respeito dos Títulos Anulados até a Data de Vencimento ou a Data de Resgate Opcional pertinente de acordo com estes Termos e Condições e a Escritura de Trust;

(ii) Nenhum Evento de Inadimplemento especificado na Condição 9(a) deverá ter ocorrido e estar em andamento na data desse depósito;

(iii) Esse depósito não deverá resultar em uma violação ou descumprimento, ou constitui um Evento de Inadimplemento nos termos destes Termos e Condições ou da Escritura de Trust;

(iv) O Emissor: (i) deverá ter entregado ao Trustee um Parecer de Advogado para o efeito que os Detentores dos Títulos Anulados não reconheçam renda, ganho ou perda para fins de imposto de renda federal norte-americano como resultado dessa Anulação de Avença e estejam sujeitos a imposto de renda federal norte-americano nos mesmos valores, da mesma forma e nos mesmos momentos que teria sido o caso se essa Anulação de Avença não tivesse ocorrido ou (ii) deverá indenizar cada proprietário beneficiário de um Título Anulado contra qualquer imposto de renda federal norte-americano adicional lançado posteriormente sobre esse proprietário beneficiário (líquido de quaisquer economias de imposto de renda federal norte-americano) como consequência dessa Anulação de Avença; e

(v) O Emissor deverá ter entregado ao Trustee um certificado assinado por dois diretores autorizados e um Parecer de Advogado, cada um para o efeito de que todas as condições suspensivas previstas nesta Condição 20(c) em relação à Anulação de Avença tenham sido cumpridas. No fornecimento desse Parecer de Advogado, o advogado poderá se basear em um certificado assinado por dois diretores autorizados quanto à conformidade com os parágrafos (i), (ii) e (iii) previstos acima nesta Condição 20(c) ou quanto a quaisquer questões de fato.

(d) Observando-se as disposições da Condição 20(f), todo valor monetário e Obrigações Governamentais (inclusive as respectivas receitas) depositados no Trustee (ou em outra pessoa que se qualificar para atuar como Trustee sucessor de acordo com o Contrato de Agenciamento, coletiva e individualmente para o fim desta Condição 20(d), o “Trustee”) de acordo com a Condição 20(c)(i) a respeito dos Títulos Anulados deverão ser mantidos em custódia e ser aplicados pelo Trustee de acordo com as disposições desses Títulos Subordinados e destes Termos e Condições e da Escritura de Trust ao pagamento, diretamente ou por meio de qualquer Agente de Pagamento que o Trustee vier a determinar, aos Detentores do Título de todas as quantias devidas e a se tornarem devidas a respeito de principal, ágio, se houver, e juros, se houver, porém, esses valores monetários não precisarão ser separados dos outros fundos, exceto conforme solicitado pelo Emissor ou, na medida em que for exigido por lei.

O Emissor deverá pagar e indenizar o Trustee e seus agentes e isentá-los de responsabilidade por qualquer imposto, taxa ou outro encargo lançado ou atribuído contra as Obrigações Governamentais depositadas de acordo com a Condição 20(c)(i), ou o principal, ágio, se houver, e juros, se houver, recebidos a esse respeito, exceto qualquer referido imposto, taxa ou outro encargo que, por lei, for de responsabilidade dos Detentores dos Títulos Anulados.

Não obstante qualquer outra disposição da Condição 20 em contrário, o Trustee deverá entregar ao Emissor qualquer valor monetário ou Obrigações Governamentais mantidos por ele conforme previsto na Condição 20(c)(i) a respeito dos quais:

i. ele receber uma Solicitação do Emissor; e

ii. após consulta com uma empresa de contabilidade ou banco de investimento reconhecido nacionalmente, e ele for informado em uma certificação por escrito dessa empresa que esses valores monetários ou Obrigações Governamentais são superiores ao valor que seria exigido na época a ser depositado para efetuar uma Anulação de Avença equivalente,

ficando ressalvado que, nenhuma responsabilidade, de tipo algum, será imposta ao Trustee e ele deverá ser totalmente protegido e não terá nenhuma responsabilidade por se basear nessa certificação por escrito.

(e) Se o Trustee ou o Agente de Pagamento não puder aplicar quaisquer valores monetários ou Obrigações Governamentais de acordo com a Condição 20(b), conforme for o caso, em virtude de qualquer determinação ou sentença de qualquer tribunal ou autoridade governamental que impeça, restrinja ou proíba de outro modo essa aplicação, então, as obrigações do Emissor previstas nestes Termos e Condições e na Escritura de Trust deverão ser revisadas e restabelecidas como se nenhum depósito tivesse ocorrido de acordo com a Condição 20(b), até o momento em que o Trustee ou o Agente de Pagamento for autorizado a aplicar todos esses valores monetários e Obrigações Governamentais de acordo com a Condição 20(b); *ficando ressalvado, entretanto*, que se o Emissor efetuar qualquer pagamento de principal, ágio, se

houver, ou juros, se houver, a respeito de qualquer Título Subordinado após o restabelecimento de suas obrigações, o Emissor deverá ser sub-rogado nos direitos dos Detentores desses Títulos Subordinados de receber esse pagamento a partir dos valores monetários e Obrigações Governamentais mantidos pelo Trustee ou pelo Agente de Pagamento.

(f) O Trustee deverá pagar ao Emissor mediante Solicitação do Emissor quaisquer valores monetários mantidos por ele para o pagamento de principal, ágio, se houver, ou juros, se houver, que permanecerem não reivindicados por dois anos após a Data de Vencimento ou a Data de Resgate Opcional pertinente, conforme for o caso. Após o pagamento ao Emissor, os Detentores do Título com direito aos valores monetários deverão recorrer ao Emissor para o pagamento como credores gerais não garantidos, a menos que uma lei aplicável de bens abandonados designe outra pessoa. Nenhuma responsabilidade, de tipo algum, será devida pelo Trustee ou pelo Agente de Pagamento ao Emissor ou aos Detentores do Título a respeito desses valores monetários, na ausência de culpa grave ou conduta dolosa.

21. Nova denominação, Renominalização e Reconvenção

(a) Esta Condição 21 é aplicável aos Títulos Subordinados somente se for especificada nos Termos Finais pertinentes como sendo aplicável.

(b) Se o país da Moeda Especificada se tornar ou, anunciar sua intenção de se tornar um estado-membro da Comunidade Europeia adotando o Euro como sua moeda legal de acordo com o Tratado (um “**Estado Membro Participante**”), o Emissor poderá, sem o consentimento dos Detentores de Títulos Subordinados, mediante a entrega de uma notificação prévia de no mínimo 30 dias aos Detentores de Títulos Subordinados e ao Agente de Pagamentos, designar uma data para a redenominação (“**Data de Redenominação**”), sendo uma Data de Pagamento de Juros nos termos dos Títulos Subordinados que ocorrer a partir da data na qual esse país se tornar um Estado Membro Participante.

(c) Não obstante as outras disposições destes Termos e Condições, com efeito a partir da Data de Redenominação:

(i) os Títulos Subordinados deverão ser considerados como sendo redenominados para o Euro na denominação de Euro 0,01 com um valor de principal para cada Título Subordinado igual ao valor de principal desse Título Subordinado na Moeda Especificada, convertido para o Euro à taxa para conversão dessa moeda para o Euro estabelecida pelo Conselho da União Europeia de acordo com o Tratado (inclusive a conformidade com as normas em relação a arredondamento de acordo com os regulamentos da Comunidade Europeia); *ficando ressalvado, entretanto*, que, se o Emissor determinar, com o acordo do Agente de Registro, então, a prática de mercado a respeito da redenominação para Euro 0,01 de títulos oferecidos internacionalmente é diferente daquela especificada acima, essas disposições deverão ser consideradas como sendo alteradas de forma a cumprir essa prática de mercado e o Emissor deverá notificar imediatamente os Detentores de Títulos Subordinados, cada bolsa de valores (se houver) na qual os Títulos Subordinados estiverem listados na época e o Agente de Pagamentos sobre essas alterações consideradas;

(ii) se os Títulos Subordinados tiverem sido emitidos em forma definitiva:

(x) as obrigações de pagamento contidas em todos os Títulos Subordinados denominados na Moeda Especificada se tornarão nulas na data (“**Data de Câmbio do Euro**”) na qual o Emissor entregar uma notificação (“**Notificação de Câmbio do Euro**”) aos Detentores de Títulos Subordinados que os Títulos Subordinados substitutos denominados em Euro estão disponíveis para troca (*desde* que esses Títulos Subordinados estejam disponíveis) e nenhum pagamento será feito a esse respeito, porém, todas as outras obrigações do Emissor em seus termos (inclusive a obrigação de trocar esses Títulos Subordinados de acordo com esta Condição 21) deverão permanecer em pleno vigor e efeito; e

(y) novos Títulos Subordinados denominados em Euro serão emitidos em troca pelos Títulos Subordinados denominados na Moeda Especificada da forma que o Agente de Registro vier a especificar e conforme for notificado aos Detentores de Títulos Subordinados na Notificação de Câmbio do Euro; e

(iii) todos os pagamentos a respeito dos Títulos Subordinados (exceto, a menos que a Data de Redenominação seja a partir da data em que a Moeda Especificada deixar de ser uma subdivisão do Euro, pagamentos de juros a respeito de períodos com início antes da Data de Redenominação) serão efetuados

somente em Euro por cheque sacado, ou por crédito ou transferência para uma conta em Euro (ou qualquer outra conta na qual Euro puder ser creditado ou transferido) mantida pelo devedor em um banco no principal centro financeiro de qualquer país-membro da Comunidade Europeia.

(d) Após a redenominação dos Títulos Subordinados de acordo com esta Condição 21, quando os Títulos Subordinados tiverem sido emitidos em forma definitiva, o valor de juros devidos a respeito dos Títulos Subordinados será calculado por referência ao valor do principal total dos Títulos Subordinados apresentado para pagamento pelo Detentor pertinente.

(e) Se as disposições de Títulos de Taxa Flutuante para Títulos de Taxa Flutuante especificadas na Condição 5(II) forem especificadas nos Termos Finais pertinentes como sendo aplicáveis e a Fonte Principal para a Taxa Flutuante for conforme especificado na Condição 5(II)(b)(i)(A) como a forma na qual a(s) Taxa(s) de juros deverá(ão) ser determinada(s), com vigência a partir da Data de Redenominação, a Data de Determinação de Juros deverá ser considerada como sendo o segundo Dia Útil Pertinente antes do primeiro dia do Período de Juros pertinente.

22. Lei de Contratos (Direitos de Terceiros) de 1999

Nenhuma pessoa deverá ter qualquer direito de executar qualquer termo ou condição dos Títulos Subordinados de acordo com a Lei de Contratos (Direitos de Terceiros) de 1999.

23. Leis Aplicáveis e Jurisdição

(a) *Leis Aplicáveis:* A Escritura de Trust, os Títulos Subordinados, os Termos Finais (inclusive o resumo dos Termos Finais previsto na cláusula 5 do Núcleo de Subordinação) e quaisquer obrigações não contratuais originadas ou a respeito deles, são regidos, e deverão ser interpretados, de acordo com as leis inglesas, *ficando ressalvado* que as disposições previstas na Condição 17, e suas alterações posteriores pelo Núcleo de Subordinação, impostas ao Emissor para que os Títulos Subordinados se qualifiquem como Capital Tier 2 de acordo com a Resolução 3.444, deverão ser regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

(b) *Jurisdição:* Os tribunais da Inglaterra têm jurisdição para dirimir quaisquer controvérsias que vierem a decorrer ou a respeito dos Títulos Subordinados ou da Escritura de Trust (inclusive uma controvérsia em relação a quaisquer obrigações não contratuais decorrentes ou a respeito dos Títulos Subordinados ou da Escritura de Trust) e de forma correspondente, quaisquer ações ou processos judiciais originados ou a respeito dos Títulos Subordinados ou da Escritura de Trust (“**Processos**”) poderão ser movidos nesses tribunais. O Emissor, na Escritura de Trust, se submeteu irrevogavelmente à jurisdição dos tribunais ingleses.

(c) *Agente de Citação:* O Emissor, na Escritura de Trust, nomeou um agente na Inglaterra para receber citações em quaisquer Processos na Inglaterra. Se, por qualquer motivo, o Emissor não tiver esse agente na Inglaterra, ele deverá nomear imediatamente um agente de citação substituto e notificar os Detentores do Título sobre essa nomeação. Nenhuma disposição deste instrumento deverá afetar o direito de entregar citações de qualquer outra forma autorizada por lei.

[...]